

**Nº18 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 1 de setembro
de 2017. -----**

Ao primeiro dia do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e vinte minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e nove de agosto de dois mil e dezassete. -----

I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, tendo solicitado, ao executivo camarário, a aprovação de uma proposta consubstanciada na manifestação de pesar, pelo falecimento da mãe do Senhor Bispo da Diocese de Vila Real, D. Amândio Tomás. -----

Caso a presente proposta - Voto de Pesar - venha a merecer acolhimento, por parte do executivo municipal, deverá, tal deliberação, ser levada ao conhecimento do Senhor Bispo. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

- Reunião na "Agencia Portuguesa do Ambiente- APA" - Sobre o presente assunto, o Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, da realização, no Porto, no pretérito dia 29 de agosto último, de uma reunião de trabalho, contando a mesma com a presença dos representantes das seguintes entidades: -----

- "APA"; -----
- "DGADR"; -----
- "Bacia Hidrográfica"; -----
- Associação de Regantes; -----
- Representante do Ministério da Agricultura junto da dita Associação;
- "Águas do Norte". -----

Tal reunião teve em vista a avaliação partilhada da problemática do Rio Tâmega. -----

Este ano, o Rio Tâmega está, particularmente, doente por falta de caudal. -----

Neste contexto, caso não sejam adotadas as medidas necessárias, em vista à reposição do caudal mínimo do Rio Tâmega, poder-se-á assistir à morte de peixes. -----

Durante a dita reunião, foram ponderadas as implicações da utilização da água do Rio Tâmega para a rega de terrenos agrícolas, situação que retira o caudal do Rio Tâmega. -----

Sobre esta dimensão do problema, não foram extraídas, durante a reunião quaisquer conclusões e ou soluções. -----

A "APA" tem, nos termos legais, a jurisdição e ou competência, sobre a matéria, em apreciação, não tendo sido dadas, quaisquer orientações, em vista à suspensão da rega dos terrenos agrícolas através do Rio Tâmega. -----

A situação descrita veio a ser confirmada mediante a deslocação, no dia seguinte à reunião, ao terreno, dos técnicos da "APA". -----

O Açude tem, atualmente, um caudal de que não há memória, sendo certo que o canal de rega nem sequer atinge a quota que era habitual nesta altura do ano. -----

A solução técnica deverá passar, seguramente, pela suspensão da rega, decisão que está, legalmente, confiada ao competente Ministério. ---

A Autarquia, no âmbito das suas competências, deu, em tempo oportuno, o devido alerta, junto das entidades públicas responsáveis pela gestão do Rio Tâmega e pela resolução dos seus problemas ambientais. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, em apreciação, equacionado a possibilidade do caudal do Rio Tâmega poder ser alimentado através de uma transvase da água da Barragem das Nogueirinhas. -----

É sua convicção que a redução do caudal do Rio Tâmega, com todos os problemas ambientais daí emergentes, poderia ser contrariada com a concretização das seguintes soluções: -----

a) Controlo da utilização das águas do Rio Tâmega para rega, sendo feita uma aposta numa utilização mais eficiente de tal recurso hídrico; A Autarquia deveria fazer pressão, junto das entidades responsáveis, em vista um melhor controlo da utilização da água; -----

b) Num segundo patamar de atuação, dever-se-iam controlar os níveis de poluição dos afluentes do Rio Tâmega. -----

Atuando nestes dois níveis, era possível melhorar a qualidade da água do Rio Tâmega, apresentando, este ano, o mesmo, um nível de poluição muito significativo. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deu, ainda, conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----

- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 11. -----

- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 10. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Freguesia de Moreiras - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente começou por dar nota da construção, em zona de domínio público, pela Freguesia de Moreiras, de um pequeno oratório, o qual apresenta um aspeto estético interessante. -----

A Junta de Freguesia está, também, a colocar paralelo, na respetiva via pública, sendo certo que um poste de iluminação (EDP) fica, indevidamente, colocado no meio do passeio. -----

Neste contexto, dever-se-ia requerer, junto da EDP, a alteração da colocação do dito poste e que tal alteração seja rapidamente materializada. -----

2 - Limpeza das Bermas, junto às estradas municipais, com degradação do pavimento - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente reiterou a sua preocupação já registada, na última reunião de câmara, consubstanciada no facto do equipamento utilizado para a limpeza das bermas, junto às estradas municipais, estar a causar danos nos respetivos pavimentos. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, e após contacto telefónico com os serviços municipais responsáveis, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: -----
O pavimento das estradas municipais não está a ser danificado com a execução dos trabalhos de limpeza das respetivas bermas, sendo certo que o equipamento utilizado (maquinaria) encontra-se devidamente protegido, precisamente, para evitar a ocorrência de quaisquer danos no pavimento. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 18 de agosto de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata, com as correções sugeridas, pelo Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, as quais foram, de imediato, introduzidas, na redação do aludido documento. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - EDIÇÃO DE LIVRO "DESFILÉ NACIONAL DE BANDAS FILARMÓNICAS 1º DE DEZEMBRO". PROPOSTA Nº79/GAP/2017 -----

Foi presente a proposta que se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais-----

I - Da Exposição de Motivos-----

1 - Todos os anos, desde 2012, assinalando o dia 1 de Dezembro, mais de uma centena e meia de bandas filarmónicas, onde se insere uma do nosso Concelho, têm desfilado, com brio e talento, pela Avenida da Liberdade, em Lisboa, interpretando, como uma só orquestra, 3 hinos - Hino da Maria da Fonte, Hino da Restauração e Hino Nacional;-----
Considerando que este evento impar e de festa, vai ser, a curto prazo, perpetuado, através da edição de um livro, em modelo de álbum, com fotografias de qualidade, retratando este evento, no período de 2012 a 2016;-----

Considerando que a banda que participou nos Desfiles e que por inerência estará representada nesta Edição é a "Banda Musical da Torre de Ervededo";-----

Considerando o testemunho vivo deste evento ímpar de portuguesismo e de festa por Portugal, pela independência nacional e pela liberdade coletiva;-----

Considerando que a contrapartida pela atribuição da comparticipação financeira prevista nesta proposta, resulta na obtenção de 20 exemplares do livro;-----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea o), do número 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Atribuir uma comparticipação financeira no valor de 650,00 €, à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, entidade oficial sem fins lucrativos, que promove a edição do livro; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação de tal liberalidade e para o fim em vista em jornal local e em boletim municipal, tudo isto no estrito cumprimento da Lei nº 64/2013, de 27 de Agosto;-----

c) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às referidas entidades peticionárias;-----

d) Se essa decisão for favorável, remeter a presente proposta ao Departamento de Administração Geral para ulterior operacionalização;

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através das seguintes rubrica: 04070199 ;-----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 23 de agosto de 2017-----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

(Arq. António Cabeleira)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À "CASA DO PESSOAL DO HOSPITAL DE CHAVES". PROPOSTA Nº 80/GAP/17 -----

Foi presente a proposta que se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais-----

I - Justificação-----

A **CASA DO PESSOAL DO HOSPITAL DE CHAVES**, NIPC 505 648 474, através do documento em anexo, registado na Secção Administrativa sob o nº 2011/17, veio solicitar o apoio logístico e financeiro da autarquia, na realização da prova desportiva "2º. Troféu BTT Eurocidade Chaves / Verin", a qual decorreu no passado mês de abril;-----

Este evento foi composto por 2 provas, a "7ª Rota de BTT CPHC" e a "10ª Marcha Val de Monterrei";-----

Considerando que o objetivo principal deste evento foi a promoção do intercâmbio desportivo, no âmbito do projeto Eurocidade Chaves/Verin; Considerando que a solicitação mencionada tem em vista a concretização de atividades e ações de carácter desportivo geradoras de dinâmicas benéficas para a população, pelo seu inquestionável contributo para o bem-estar físico e para o convívio da população.-----

Considerando a dinâmica que traz à cidade a organização de campeonatos/torneios nas diversas categorias.-----

Considerando que o apoio financeiro visa honrar compromissos assumidos com a organização desta prova;-----

Considerando que os apoios às entidades em referência se enquadram no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015. -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a "Casa do Pessoal do Hospital de Chaves", com o valor de 1.000,00 € (Mil Euros); -----

b) Simultaneamente, que seja aprovada a minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo a celebrar com a entidade, conforme documento anexo a esta proposta, devendo ser legitimado o Presidente da Câmara Municipal a outorgar, em representação do Município, o referido documento;-----

c) Caso o presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar inteiro cumprimento ao estabelecido no artigo 27º. Do Decreto-Lei 273/2009, em matéria de publicitação dos contratos-programa que vierem a ser celebrados;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

d) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica mencionada no quadro anexo. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexam-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 23 de agosto de 2017-----

O Presidente da Câmara,-----
(Arq. António Cabeleira)-----

MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO-----

Entre: -----

Primeiro: **MUNICÍPIO DE CHAVES**, com o NIPC 501205551, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Arqutº António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves, e poderes para o ato conferidos por deliberação camarária de ... de de 2017;-----

E -----

Segundo:, com o NIPC....., com sede naem....., neste ato legalmente representada por, (estado civil),

residente em....., titular do Cartão de Cidadão nº....., válido até, com poderes para o ato conferidos por deliberação da de

Considerando que, por deliberação camarária, de .../.../2017, foi aprovada a **Proposta nº .../GAP/2017, consubstanciada na comparticipação financeira a Associações/Entidades de carácter desportivo, sedeadas no Concelho de Chaves, referente ao ano económico de 2017;**-----

Nos termos dos artigos 46º e 47º, da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o regime dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, em conjugação com o disposto na alínea f), do nº2, do art. 23º, e na alínea u) do nº1 do Artigo 33º, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o qual se rege de acordo com o disposto nas cláusulas seguintes: -----

Cláusula 1ª-----
(Objeto)-----

Constitui objeto do presente contrato a comparticipação financeira - Apoio ao Associativismo - à execução do Programa de Atividades de Desenvolvimento da Prática Desportiva, que o, apresentou e este Município, referente ao ano 2017, na prática de atividades desportivas e recreativas, cujo **Plano de Atividades** se anexa a este contrato-programa. -----

Cláusula 2ª-----
(Período de execução do contrato)-----

O programa de atividades desportivas titulado pelo presente contrato-programa produz efeitos no presente ano de 2017.-----

Cláusula 3ª-----
(Comparticipação financeira)-----

1. A comparticipação financeira de natureza pecuniária, a prestar pelo Município de Chaves o, é de € (.....), nos termos do Programa de Atividades, à data, apresentado.-----

2. O Município de Chaves concede, ainda, -----

Cláusula 4ª-----
(Disponibilização financeira)-----

A comparticipação financeira a prestar pelo Município ao, será liquidada da seguinte forma: Transferência para a conta com o -----

Cláusula 5ª-----
(Obrigação de certificação das contas)ⁱ-----

1. O, deve fazer certificar as suas contas por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas nos termos do disposto no nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.

2. O, para efeitos do disposto no nº2, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 outubro, deve possuir a sua contabilidade organizada por centro de custos que evidenciam os gastos e rendimentos por contrato-programa.-----

Cláusula 6ª-----

(Combate à violência, à dopagem à corrupção, ao racismo, à xenofobiae todas as formas de discriminação associadas ao desporto)-----

O não cumprimento pelo, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre sexos, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto (CND) e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao

desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implicará o cancelamento da comparticipação financeira.-----

Cláusula 7ª-----

(Produção de efeitos)-----

O presente contrato produz efeitos no ano de 2017.-----

Cláusula 8ª-----

(Entrada em vigor)-----

O Presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicação na página eletrónica do Município, no cumprimento do disposto no nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro.-----

Cláusula 9ª-----

(Publicação)-----

Nos termos do nº1, do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa será publicado na página eletrónica e ou no boletim municipal desta autarquia.-----

Este contrato foi feito em duplicado, ficando um exemplar para cada um dos outorgantes.-----

Chaves, ... de de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal,-----

António Cabeleira-----

O Presidente do)-----

Em Anexo:-----

- Plano Anual de Atividades de 2017;-----

- Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social;-----

- Certidão comprovativa da situação tributária regularizada;-----

- Cópia dos respetivos Estatutos;-----

- Documento comprovativo da sua legal constituição;-----

- Cópia do NIPC;-----

- Ata da tomada de posse dos corpos dirigentes.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

2.3. REDUÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO "7ª ARTE BAR". PROPOSTA Nº 81/GAP/17 -----

Foi presente a proposta que se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais-----

I - Antecedentes -----

O estabelecimento comercial denominado "7ª Arte Bar", sito na Alameda do Trajano nº14, freguesia de Santa Maria Maior, Concelho Chaves, vem adotando o horário de funcionamento, conforme previsto no regime excecional e transitório, o qual vem permitindo que os estabelecimentos que se enquadrem no 4º grupo do Regulamento de Horário de funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, e em vigor, possam funcionar até às 2 horas, durante todos os dias da semana. -----

Refira-se que, no dia 31/03/2017, foi autorizado, pelo órgão executivo municipal, prorrogar os efeitos, por mais 6 meses, do aludido regime excecional e transitório, constando de tal deliberação, expressamente, o seguinte: -----

"Prorrogar os efeitos do regime transitório de horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pertencentes ao 2º grupo e que se enquadrem nas situações previstas no art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, até que

esteja concluído o procedimento de revisão do respetivo instrumento regulamentar, ou seja, por um período de mais 6 meses; -----
Tal regime transitório e excecional, passará por permitir que os estabelecimentos referidos na alínea anterior possam funcionar até às 2horas, durante todos os dias da semana, durante o período máximo de mais 6 meses, de acordo com as seguintes condições: -----

- O registo de qualquer participação pelas entidades com competência fiscalizadora e **ou queixas apresentadas junto deste Município relacionadas com o incumprimento do horário estabelecido, ruído e ou ordem pública**, por parte do proprietário/explorador do estabelecimento abrangido, tem como consequência imediata, sem audiência prévia do interessado, o dever de cumprimento do regime de horário de funcionamento estabelecido no nº1, do art. 4º do Novo Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais (**entre as 8 horas e as 24 horas**), deixando, de imediato, de poder beneficiar do regime excecional que vier a ser aprovado, ao abrigo da presente proposta". -----

O estabelecimento denominado "7ª Arte Bar" vem evidenciando, de acordo com os elementos probatórios entretanto colhidos pelas queixas/reclamações apresentadas pelos moradores residentes na área da localização do referido estabelecimento, bem como pelo incumprimento, reiterado, das medidas imprescindíveis para evitar a produção do ruído, em resultado da atividade desenvolvida, conforme determinado pelos serviços técnicos municipais, designadamente, mediante a realização de relatório de avaliação acústica¹, um funcionamento irregular, comprometendo, sobretudo, o sossego e tranquilidade dos cidadãos residentes na área da sua localização, tudo isto, conforme documentos constantes do respetivo processo. -----
 Tal funcionamento irregular, repousa predominantemente, na ausência de isolamento acústico, provocando ruído incomodativo em prejuízo do sossego dos cidadãos aí residentes. -----

II - Fundamentação -----

1. Considerando que, de acordo com o disposto no nº 3, do art. 10º, sob a epígrafe "Regime excecional", do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, pode a Câmara Municipal, desde que estejam comprovadamente em causa razões de segurança e protecção da qualidade de vida dos cidadãos, restringir os limites de horário de funcionamento fixados em tal instrumento regulamentar. -----

2. Considerando que, nos termos do regime excecional e transitório anteriormente referido, o registo de qualquer participação pelas entidades com competência fiscalizadora e **ou queixas apresentadas junto deste Município relacionadas com o incumprimento do horário estabelecido, ruído e ou ordem pública**, por parte do proprietário/explorador do estabelecimento abrangido, **tem como consequência imediata, sem audiência prévia do interessado, o dever de cumprimento do regime de horário de funcionamento estabelecido no nº1, do art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais (entre as 8 horas e as 24 horas)**, deixando, de imediato, de poder beneficiar do regime excecional. -----

3. Considerando que a matéria de facto, acima evidenciada, é, inequivocamente, subsumível a tal regime excecional e transitório.

¹ Veja-se, neste sentido, informação técnica nº 35/DSCH/2017, de 21 de fevereiro, a fls. 59 e 60 do respetivo processo nº 135/2016. ---

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito anteriormente expostas, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário, a aprovação da seguinte Proposta: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista a que o aludido órgão adote deliberação consubstanciada na intenção do estabelecimento denominado "7ª Arte d Bar", sito na Alameda do Trajano nº. 14, freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves, deixar de poder beneficiar do regime excecional e transitório de horário de funcionamento, **passando o mesmo a funcionar até às 24horas²**, durante todos os dias da semana, nos termos do disposto no nº1, do art. 4º do Regulamento de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Município de Chaves, em vigor³; -----

b) Alcançado tal desiderato, no cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir ao explorador do estabelecimento em causa vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Decorrido o aludido prazo, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 110º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão definitiva que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) Simultaneamente, dever-se-á dar conhecimento da decisão que vier a ser tomada a todas as entidades fiscalizadoras competentes, em matéria de horários de funcionamento dos estabelecimentos desta natureza, nos termos do disposto no nº 4, do art. 5º, do DL nº 48/96, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo DL nº 10/2015, de 16 de janeiro. -----

Chaves, 28 de agosto de 2017 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Arquit. António Cabeleira) -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: ---

²Registe-se, em abono da verdade, que os estabelecimentos pertencentes ao 2º grupo do referido Regulamento, situados nos locais indicados no nº1, do art. 4º, podem, **durante os meses de julho e agosto**, adotar o horário de funcionamento **entre as 8 horas e a 1 hora do dia seguinte**, de acordo com o disposto no nº2, do art. 4º. -----

³ Refira-se, ainda, que, nos termos do disposto no art. 9º do respetivo regulamento municipal, em vigor, as **esplanadas** instaladas dentro da área do Centro Histórico podem funcionar **até às 24h ou até à hora de encerramento do estabelecimento, se esta ocorrer antes. Nas vésperas de sábados, domingos e feriados dos meses de julho e agosto**, o horário das esplanadas situadas no Centro Histórico de Chaves pode ocorrer até à 1hora do dia seguinte, ou até à hora de encerramento do estabelecimento, se esta ocorrer antes. **Neste contexto, o horário de funcionamento da esplanada do estabelecimento denominado "7ª Arte Bar", deverá ser coincidente com o horário de funcionamento do próprio estabelecimento, dando inteiro cumprimento ao estatuído no art. 9º do Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais, em vigor, neste Concelho.** -----

1 - O Regime excecional de funcionamento dos estabelecimentos de bebidas, no que concerne ao respetivo horário de funcionamento, tem constituído uma má experiência que parece não ter fim à vista.

2 - Veja-se, nesse sentido, os horários dos estabelecimentos de bebidas praticados, na Travessa Cândido dos Reis, sendo certo que a solução deve passar pela devida insonorização de tais estabelecimentos.

3 - As queixas apresentadas, pelos interessados, em matéria de ruído, deveriam ser acompanhadas de relatório acústico comprovativo do não cumprimento da legislação aplicável, sobre a matéria.

4 - Na situação, em apreciação, a queixa que deu origem à proposta de redução do horário de funcionamento do estabelecimento de bebidas, em causa, não está acompanhada de tal relatório, razão pela qual a sua posição, no assunto em apreciação, é de abstenção.

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

Estas situações deveriam ser melhor acompanhadas e, em determinadas situações, a concessão de horário do estabelecimento de bebidas deveria ser, casuisticamente, ponderada, em funções das condições de funcionamento do próprio estabelecimento. -----

Por outro lado, é importante garantir a fixação de residentes/moradores, na zona histórica da cidade, devendo, tal objetivo, ser compatibilizado com o adequado funcionamento deste tipo de estabelecimentos. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. EXECUÇÃO DO PROJETO DE "CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO", NA FREGUESIA DE REDONDELO, CONCELHO DE CHAVES. -----

- **PARCELA Nº 1. CONTRAPROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DA PARCELA SOBRANTE.**

- **INTERESSADA: MARIA ISABEL FERREIRA CHAVES PEREIRA. PROPOSTA Nº. 82/GAP/2017 -----**

Foi presente a proposta que se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais-----

I - Antecedentes e Justificação -----

1 - O executivo camarário, por deliberação de 07 de julho de 2017, sob a Proposta Nº 72/GAP/2017, do Gabinete de Apoio ao Presidente, adotou resolução de requerer a utilidade pública da expropriação de duas parcelas de terreno, nos termos previstos no Código das Expropriações, necessárias à execução da obra " Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas Redondelo", inscrita no PPI com a Ação 57/2016. -----

2- Em cumprimento do disposto no nº2, do Artigo 11º, do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, este Município formulou, à proprietária, através do ofício com a referência 277/DCG-GNE/2017-2873, de 2017/07/17, uma proposta de aquisição, pela via do direito privado, no montante de €8 310,00, tendo por referência o valor atribuído na avaliação prévia da dita parcela. -----

3 - A interessada, através de carta registada nos serviços municipais sob o nº 2017, DCG, E,G, 6015, de 28-07-2017, veio manifestar a sua concordância com o valor da proposta de aquisição apresentada por este

Município, para aquisição da parcela de terreno nº1, com a área de com a área de 2372,50m2, a desanexar do prédio rústico sito em Rigueiro, Casas Novas, Freguesia de Redondelo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2342º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 324/19910510. -----

4 - Simultaneamente, na mesma comunicação, apresenta uma contraproposta, para a aquisição da parcela sobranete, argumentando que "...o terreno sobranete fica com uma área demasiado diminuta, incapaz de criar valor em termos de exploração agrícola, rentabilização ou eventual venda, ficando,..., como proprietária economicamente lesada".

5 - Em conformidade com o disposto no nº2, do Artigo 3º, do Código das Expropriações, quando seja necessário expropriar apenas parte de um prédio, pode o proprietário requerer a expropriação total, se a parte restante não oferecer, proporcionalmente, os mesmos cômodos que oferecia todo o prédio, ou se os cômodos assegurados pela parte restante não tiverem interesse económico para o expropriado, determinado objetivamente. -----

6 - Ora, a pretensão da interessada tem, assim, acolhimento no nº2, do Artigo 3º do Código das Expropriações, sendo certo que a expropriação é um ato negativo na esfera dos direitos dos particulares, devendo por isso ser evitada, mediante o privilegiar da obtenção de acordos amigáveis, tanto mais que os processos de expropriação litigiosos são demorados e bastante onerosos quer para os expropriados, quer para a entidade expropriante, devendo ser aceite a contraproposta apresentada pela proprietária da aludida parcela nº1, de aquisição da totalidade do prédio, pelo valor de €13 970,00, determinado na avaliação realizada pela Comissão de Avaliação do Património Municipal - Informação Nº9/CAPM/17, documento que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

7 - A verba necessária à aquisição encontra-se cativa pelas Propostas de Cabimento nº 2017/1708 e 2017/2094, Compromisso nº 2017/2665. --

II - Proposta em sentido estrito -----

Em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e para efeitos do disposto na alínea vv), do nº 1, do artigo 33º, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal, órgão executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para os efeitos de expropriação, não sendo, tal competência, susceptível de delegação no Presidente da Câmara, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário que: -----

a) Aprove a presente proposta em vista a autorizar a aquisição, por via do direito privado, ao abrigo das disposições combinadas previstas no nº2, do Artigo 3º e Artigo 11º do Código das Expropriações, da Parcela de terreno nº 1, com a área de 2372,50m2, supra identificada, bem como da parcela sobranete, correspondendo a aquisição à totalidade do prédio rústico sito em Rigueiro, Casas Novas, Freguesia de Redondelo, concelho de Chaves, inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo 2342º e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 324/19910510, pelo valor de €13 970,00, à proprietária Maria Isabel Ferreira Chaves Pereira; -----

b) Caso a presente proposta seja aprovada, que em sede de execução da mesma, seja notificada a respetiva interessada, em vista à formalização do título da aquisição - escritura pública -, devendo o mesmo ser elaborado pelo notário privativo e oficial público do Município, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respectivo contrato. -----

Chaves, 29 de agosto de 2017. -----
 O Presidente da Câmara Municipal -----
 António Cândido Monteiro Cabeleira -----
Em Anexo: O respectivo processo administrativo, incluindo: -----
 - Contraproposta; -----
 - Relatório de avaliação. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a
 proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.
 Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL -EXECUTADO: MARIANA ISABEL NASCIMENTO PEREIRA. INFORMAÇÃO N.º, 156/DAF/2017 -----

Foi presente a proposta que se transcreve na íntegra para todos os
 efeitos legais-----

I - Preliminares-----

Na sequência do requerimento subscrito por Mariana Isabel Nascimento
 Pereira, contribuinte n.º 265810078, documento com registo de entrada
 nos serviços desta Autarquia Local n.º 8984/17, datado do pretérito
 dia 21/08/2017, veio a ser solicitado, pela requerente, a autorização
 de pagamento em 2 prestações do valor em dívida, a título de dívidas
 relativas a consumos de água efetuados e não pagos (Cliente 318605 CIL
 30578.-----

1. A requerente invoca que tem uma dívida total de 219,45€, é objeto
 de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia
 Local.-----

2. Para o efeito, invoca que não tem condições económicas que lhe
 permitam efetuar o pagamento de uma só vez. -----

3. A requerente juntou ao processo dois recibos de vencimento
 referentes, respetivamente, a maio e a junho de 2017, com um vencimento
 base de 557,00 ilíquidos.-----

4. Ora, atendendo ao facto de que a dívida, em causa, se encontra em
 fase de execução fiscal, é possível, ao abrigo do disposto no n.º1, do
 art. 196º do CPPT, requerer o pagamento da mesma em prestações mensais
 e iguais, mediante requerimento a dirigir, no prazo de oposição, ao
 órgão da execução fiscal. -----

5. Sendo certo que o pagamento em prestações pode ser autorizado
 desde que se verifique que o executado não pode solver a dívida de uma
 só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36
 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no
 momento da autorização, nos termos do disposto no n.º 5, do art. 196º
 do CPPT.-----

6. Atenda-se, contudo, que após consulta efetuada junto dos serviços
 responsáveis, constatou-se que a dívida, atual, é de 81.53€, acrescida
 de 75.60€ a título de custas de processo e de 3.97€ de juros⁴.-----

⁴ Sendo certo que os valores em causa sofreram alterações até à presente
 data, dado tratarem-se de juros de mora. -----

7. Refira-se que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no nº 8, da retrocitada disposição legal. -----

8. Aqui chegados, fácil se torna concluir que, relativamente ao critério do valor das prestações, a ora petionária não **reúne** os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em 2 prestações mensais, uma vez que, em face do valor em dívida, não é possível fixar o montante de cada prestação num valor superior a uma unidade de conta.-----

9. Neste sentido, julgamos, salvo melhor opinião, que o pedido formulado pela interessada deverá ser objeto de indeferimento.-----

10. Por último, torna-se necessário referir que a requerente dispõe, de acordo com o mapa fornecido, de um crédito de 58.62€-----

II - Propostas -----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista à prática de decisão administrativa substantivada na intenção de indeferimento da pretensão da requerente, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas no capítulo anterior da presente Informação; -----

b) No cumprimento do disposto no CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora petionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

d) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Arq. António Cabeleira.-----

Chaves, 25 de agosto de 2017.-----
À consideração superior.-----

O Técnico Superior Jurista-----
Dr. Marcos Barroco-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/08/28 -----

Visto. Concordo como teor integral da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião ordinária do órgão executivo em vista à adoção de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão apresentadas, de acordo com as razões de facto e de direito exaradas nesta informação. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-29 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.29. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº199/SHSDPC/N.º72/2017

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.08.09-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-18 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.18. -----A

Visto. Concordo. Á Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº203/SHSDPC/N.º75/2017 -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.08.17-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.29. -----

Visto. Concordo. Á Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO**2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO****3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO****3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. CONSTRUÇÃO DE ANEXOS, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO – PROCESSO N.º 319/17 – JOSÉ RODRIGUES MATIAS – BAIRRO DO BARROCO, N.º 26, FREGUESIA DE S. PEDRO DE AGOSTÉM – INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 14.07.2017

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Antecedentes-----

No terreno objecto de intervenção está edificada uma construção de habitação licenciada sob o n.º 792/89, 456/89, 485/95 e 446/97, bem como possui alvará de licença de utilização n.º 237/98.-----

No processo (Proc. N.º 34/FIS/2017) existe informação do Serviço de Fiscalização sobre as obras construídas sem licença.-----

Foi realizada a Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 137 de 30/06/2017, o qual se deverá dar cópia ao requerente.-----

II – Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização de anexos, sita no Bairro do Barroco n.º 26, na Freguesia de S. Pedro de Agostém.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----**3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----**

De acordo com a localização constante do processo – Proc.º n.º 319/17 – a construção dos anexos situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor:-----

3.1.1- Parte do terreno que confronta com a via publica, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados.

3.1.2- A restante parte de terreno na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.1 - Espaços Florestais e na Sub-categoria 4.1.A -Espaços Florestais Comuns;-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 319/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RRMUE),---

IV - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 804/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RRMUE,-----

O requerente através do requerimento n.º 804/17, apresenta pedido de legalização de anexos já executados e construídos, não reunindo os requisitos expressos no n.º 1 do art.º102-A do RJUE, pelo que se solicitou ao requerente a apresentação dos elementos em falta e esclarecimentos sobre o projecto de arquitectura, nomeadamente a não conformidade com o artigo 36 do reg. do PDM.-----

Assim, vem o requerente através do requerimento n.º 952/17 apresentar os elementos por forma a dar cumprimento ao teor da informação técnica de 22/05/17.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

Neste enfoque, dado que a legalização da edificação que se pretende de acordo com o descrito na memória descritiva e justificativa refere:

"A legalização prende-se com a construção de anexos com área de bruta de construção de 115,40 m2"-----

A área aonde se construiu os anexos encontra-se fora do perímetro construção, face ao PDM, só podendo edificar nessa zona armazéns de apoio à agricultura conforme o disposto no artigo 36 do Reg. do PDM. Consta do processo apresentado, documento comprovativo da titularidade do prédio, certidão de registo predial com registo n.º 245/19870717, na qual refere área total de terreno é 2100.00 m2 e área coberta de 239.36 m2, composta a edificação existente e licenciada de cave, r/c e andar.-----

De acordo com a memória descritiva e justificativa agora apresentada referem que a legalização dos anexos insere-se fora do perímetro de construção, inserindo-se em Espaços Florestais Comuns, tendo que o projecto de arquitectura respeitar o disposto no artigo 36 do reg. do PDM, estando nesta classe uma área de 1200,00 m2, podendo edificar uma área de total de 270,00 m2 [250,00m2+10%(1200-1000)m2], sendo superior à área proposta pelo requerente (pretende legalizar) área de 115,40 m2.-----

V - Da Proposta em Sentido estrito-----

No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 137/17, no qual é mencionado nada a opor à sua legalização.-----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização

da operação urbanística correspondente a legalização de anexos de apoio à actividade agrícola.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de alteração da habitação unifamiliar e da construção de anexo de apoio, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização com menção expressa que a construção dos anexos de apoio à actividade agrícola foi sujeita ao procedimento de legalização-ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais. Das razões e factos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas, deve o requerente proceder à liquidação:

► **das respectivas taxas urbanísticas consubstanciadas no valor de 205,41 €;**-----

► **das taxas inerentes ao pedido de apreciação da autorização de utilização, bem como do pedido de vistoria consubstanciadas no valor de 207,40 € ;**-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no n.º 3 do artigo 2 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves. Acresce que a taxa pela realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas é devida, sempre que, pela sua natureza, impliquem um acréscimo de encargos públicos de realização, manutenção e reforço das respectivas infra-estruturas, conforme o disposto no n.º 1 do art.23 do Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU)-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de edificação e anexo, julga-se salvo melhor opinião, que apesar de não haver título de licença de construção, dado que a edificação está executada e não necessita de obras, a mesma implica acréscimos de encargos para a manutenção e reforço das referidas infra-estruturas, pelo que foi elaborada e calculadas as respectivas taxas de acordo com os seguintes mapas de medição:-----

Taxa de infra-estruturas urbanísticas (T)

QUADRO II				
		s/n	C/m²	Custo (C)
REDE VIÁRIA	Faixa de rodagem			
	- Semipenetração betuminosa	5	0,24	1,20

	- Pavimento (Mosaico)	0	0,35	0,00
REDE DE ÁGUA		1	0,24	0,24
REDE DE ESGOTOS		1	0,34	0,34
REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS		0	0,36	0,00

C - custo das obras existentes na via pública	1,78
A - área bruta da obra a realizar	115,4 m ²

Anexos, garagens, cozinhas regionais e obras semelhantes em terreno onde já se encontre construída moradia unifamiliar e, desde que a área bruta daquelas construções ultrapasse 20 m²
- n.º 1 do artigo 25.º

$T = C \times A$	$T = 205,41 \text{ €}$
------------------	------------------------

Taxas administrativas (artigo 66)

	Descrição	Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
SECÇÃO IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção III	APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS			
Artigo 54º	Apreciação de Autorização de Utilização			
n.º1	Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral)	1	55,10 €	55,10 €
n.º3	Acresce por unidade de arrumos	5	3,25 €	16,25 €
	TOTAL-1			71,35 €
SECÇÃO V	VISTORIAS			
ART.º 75	Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização			
n.º1	Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização	1	52,95 €	52,95 €
n.º 2	Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação:			
j)	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento	1	52,95 €	52,95 €
	TOTAL-2			105,90 €
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 72.º	Autorização de Utilização			

n.º 1	Concessão de autorização de utilização (taxa geral)	1	27,75 €	27,55 €
n.º 6	Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores	1	2,60 €	2,60 €
	TOTAL-3			30,15 €

TOTAL-1			71,35 €
TOTAL-2			105,90 €
TOTAL-3			30,15 €
VALOR GLOBAL			207,40 €

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14.08.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do alvará de autorização da construção em causa (anexos de apoio a uma moradia unifamiliar licenciada através do alvará n.º 792/89).-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017/08/29. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. COMPROPRIEDADE DE PRÉDIOS RÚSTICOS, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 536/17 - ADELINA DELGADO ALVES - FREGUESIAS DE MOREIRAS E DE S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA DRA. CATARINA PINTO DATADA DE 09.08.2017

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO -----

Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o n.º 1371/17, respeitante ao processo com o n.º 536/17, em 4 de agosto de 2017, veio a Sr.ª Adelina Delgado Alves, na qualidade de herdeira, por óbito de Maria Amélia Borges Delgado e de Firmino Alves, solicitar a emissão do parecer favorável à constituição do

regime de compropriedade e aumento do número de compartes a que se refere o n.º 1 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/2015, de 16 de julho, com vista a instruir uma escritura de partilhas dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos n.ºs 3138 e 4581, da freguesia de S. Pedro de Agostém, e do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2377, da freguesia de Moreiras, todos no concelho de Chaves. -----

2. INSTRUÇÃO DO PEDIDO -----

2.1. O pedido veio instruído com os seguintes documentos:-----
 (i) Cópia das cadernas prediais rústicas, emitidas pelo Serviço de Finanças de Chaves, referentes aos prédios rústicos supramencionados;
 (ii) Localização dos mesmos prédios em ortofotocartografia; -----

3. ENQUADRAMENTO -----

3.1. O pedido enquadra-se no disposto no n.º 11 do Art.º 54º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, que determina a necessidade de obtenção de parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, quando haja lugar à constituição de compropriedade ou à ampliação do número de compartes.

3.2. O n.º 22 do mesmo Artigo especifica as condições em que o aludido parecer pode ser desfavorável, confinando-as apenas aos atos ou negócios que visem ou deles resultem parcelamento físico, em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. -----

4. CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

4.1. O pedido em apreço visa a celebração de uma escritura de partilhas da qual irá resultar a constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2377, da freguesia de Moreiras, e do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3138, da freguesia de S. Pedro de Agostém, e aumento do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 4581, da freguesia S. Pedro de Agostém, todos no concelho de Chaves, sem parcelamento físico, a realizar nos seguintes termos: -----

(iii) ½ indiviso do prédio registado sob o artigo 2377º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moreiras, a atribuir a cada um dos interessados: João Delgado Alves e Adelina Delgado Alves;-----

(iv) ½ indiviso do prédio registado sob o artigo 3138º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de S. Pedro de Agostém, a atribuir a cada um dos interessados: Rui Jorge Delgado Alves e Maria Rita Delgado Alves; -----

(v) 1/8 indiviso (da parte que cabe à herança) do prédio registado sob o artigo 4581º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de S. Pedro de Agostém, a atribuir a cada um dos interessados: João Delgado Alves e Adelina Delgado Alves; -----

4.2. Com base na planta de localização apresentada pelo requerente, o prédio rústico registado sob o artigo 2377º, embora inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Moreiras, excetuando uma pequena área de aproximadamente 36 m2 que ocupa esta freguesia, situa-se, quase na totalidade, na freguesia de S. Pedro de Agostém, de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP). -----

5. PROPOSTA -----

5.1. Considerando os fins a que se destina a solicitação do requerente, que pretende a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 2377, da freguesia de Moreiras, e do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3138, da freguesia de S. Pedro de Agostém, e aumento do número de compartes do prédio rústico inscrito

na matriz predial sob o artigo nº 4581, da freguesia S. Pedro de Agostém, todos no concelho de Chaves, a realizar nos termos descritos no ponto 4.1 da presente informação, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a lei pretende salvaguardar, nos termos do nº 2, do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/15, de 16 de julho, entende-se propor o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade.-----

5.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão desta proposta a deliberação da Ex.ª Câmara Municipal, conforme estipula o nº1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão. -----

5.3. Por último, reportando-me ao ponto 4.2 desta informação, constatando-se que o prédio rústico com o artigo 2377º não está registado de acordo com as freguesias que ocupa, e pese embora esta questão não se considere relevante para a emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade do prédio em causa, entende-se, contudo, dever sugerir-se ao requerente que posteriormente deverá diligenciar no sentido da sua retificação.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 14.08.2017:-----

Visto. Concorro. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação conducente à emissão de um parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respectiva certidão.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-14 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017/08/14. -----

Visto Concorro. A Reunião de Câmara para deliberação. Proceda-se em conformidade. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. DESTAQUE DE PARCELA, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 486/17 - FERNANDO LOPES MONTEIRO - LUGAR DE MONUMENTO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 03.08.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

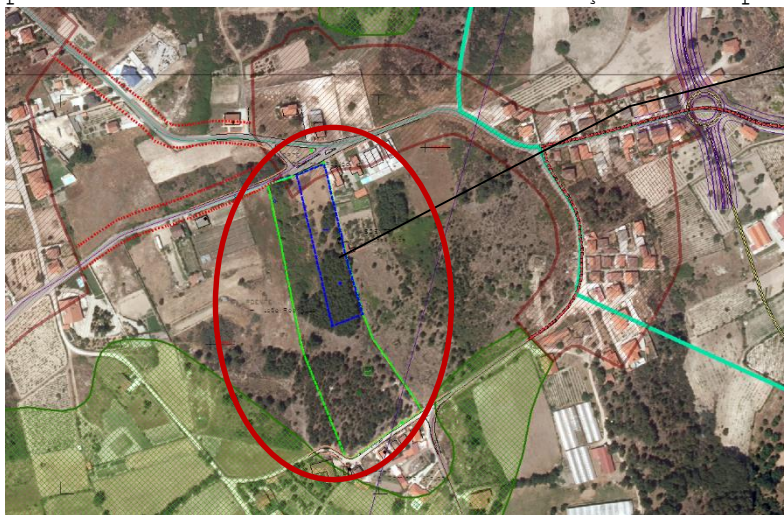
Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território nº1229/17, datado de 14/07/2017, que determinou a organização do presente processo nº486/17, o Sr. Fernando Lopes Monteiro, na qualidade de comproprietário, em conformidade com o estabelecido no artigo 6.º, do [Decreto Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro \(RJUE\)](#) vem requerer a emissão de

Certidão comprovativa de que o Destaque de parcela do prédio a seguir identificado é permitido e não está sujeito a licença ou admissão de comunicação prévia.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, o prédio rústico composto de vinha, terra de centeio, olival e mato, situado em Monumento, com uma área total de 23600m² e uma área descoberta de 23600m², da freguesia de Chaves e descrito sob o n.º4436/20130715, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º1044, natureza rústica, confronta de norte e sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares.-----

2.2 Na Certidão de Teor apresentada, a pretensão projeta-se no prédio rústico, localizado em Monumento, freguesia de Santa Maria Maior, com uma área total do terreno 23600m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º364ARV, que proveio do artigo n.º 1044, da extinta freguesia de Chaves, confronta de norte e sul com caminho público e nas restantes confrontações com particulares. -----



Localização do prédio rústico, tendo por base a planta georreferenciada, apresentada pelo requerente, sobre ortofotomapa, com voo de 2012 (folhas n.º47-1B).

3. ANTECEDENTES-----

Não se detetaram antecedentes.-----

4. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

Após a análise prévia dos elementos constantes do processo, para os efeitos do disposto nos n.ºs 4 a 10, do artigo 6.º⁽⁵⁾, do Decreto-Lei

⁵ **Artigo 6.º - Isenção de controlo prévio**-----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de controlo prévio:-----

4 - Os atos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

5 - Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os atos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições: -----

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; ---

b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projeto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respetiva.-

6 - Nos casos referidos nos n.os 4 e 5 não é permitido efetuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior.-----

n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, doravante designado por RJUE, o pedido de Emissão de Certidão de Destaque, apresentado pelo requerente supra citado, nos termos do artigo 19.º⁽⁶⁾, do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015, RMUE, cumulativamente com o previsto no Artigo 13.º, do RMUE, constata-se que o mesmo não encontra convenientemente instruído, uma vez que:----

- Não é apresentada declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º 14, do artigo 13.º⁽⁷⁾ do RMUE de Chaves; -----

7 - O condicionamento da construção bem como o ónus do não fracionamento previstos nos n.os 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas. -----

8 - O disposto no presente artigo não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais, intermunicipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de proteção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto -Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. -----

9 - A certidão emitida pela câmara municipal comprovativa da verificação dos requisitos do destaque constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

10 - Os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior. -----

6 Artigo 19.º - Operações de destaque-----

O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos:-----

- a) Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de destaque;-----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;
- c) Extratos das plantas de ordenamento e condicionantes do Plano Diretor Municipal em vigor neste Concelho;-----
- d) Levantamento topográfico georreferenciado à escala 1:1000 ou superior, a qual deve delimitar a área total do prédio;-----
- e) Planta de localização à escala 1:10.000 ou superior, assinalando devidamente os limites do prédio;-----
- f) Planta elaborada sobre levantamento topográfico, com indicação da parcela a destacar e da parcela sobranceira;-----
- g) Relatório com enquadramento no Plano Diretor Municipal, relativamente às classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante do solo, índice de utilização do solo e servidões ou restrições de utilidade pública que impendem no prédio objeto da pretensão;-----
- h) No caso de o destaque incidir sobre terreno com construção erigida, deverá ser identificado o respetivo procedimento quando tal construção tenha sido sujeita a controlo prévio.-----

7 Artigo 13.º - Requerimento, comunicação e respetiva instrução-----

- Não é apresentado quadro/tabela com a caracterização de cada uma das parcelas resultantes do destaque, designadamente áreas de construção e de implantação previsíveis e confrontações, para melhor análise do pedido-----
- O Comprovativo de inscrição da topógrafa, em associação pública de natureza profissional não se encontra válida;-----
- O CD, não se encontra devidamente georreferenciado;-----
- Por observação das plantas apresentadas, designadamente "Destaque de parcela", à escala 1:500, constata-se que na parcela a destacar "parcela A" e na parcela restante/parcela mãe, ou "parcela B", não é definido nas mesmas, a delimitação das áreas, em espaço urbano e urbanizável na categoria 1.3 - outros aglomerados e a delimitação das áreas, em espaços agrícolas e florestais, sub categoria 4.3 A espaços agroflorestais comuns, assim como não são mencionadas as áreas das sub-parcelas, na categoria de espaços correspondentes. -----

5. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

Pretende o requerente que lhe seja autorizado o destaque de uma parcela de terreno, parcela a destacar "A", com a área de 5900,00 m², situada dentro e fora do perímetro, isto é aproximadamente 473m² dentro do perímetro de Casas dos Montes e a restante área em espaços da classe 4 - espaços agrícolas e florestais e uma parcela sobrança "B" de 17.700 m², sito no local acima referido. -----

5.1 No regime Jurídico -----

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação hoje vigente dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro dispõe, no n.º 10, do artigo 6.º, o seguinte sobre o destaque, estão isentos de controlo prévio os atos que tenham por efeito, designadamente o destaque de uma parcela com descrição predial que se situa simultaneamente dentro e fora do perímetro, como no caso vertente, devendo observar o disposto no n.º5 do citado preceito legal, sempre que a área maior se localize fora do perímetro urbano.-----

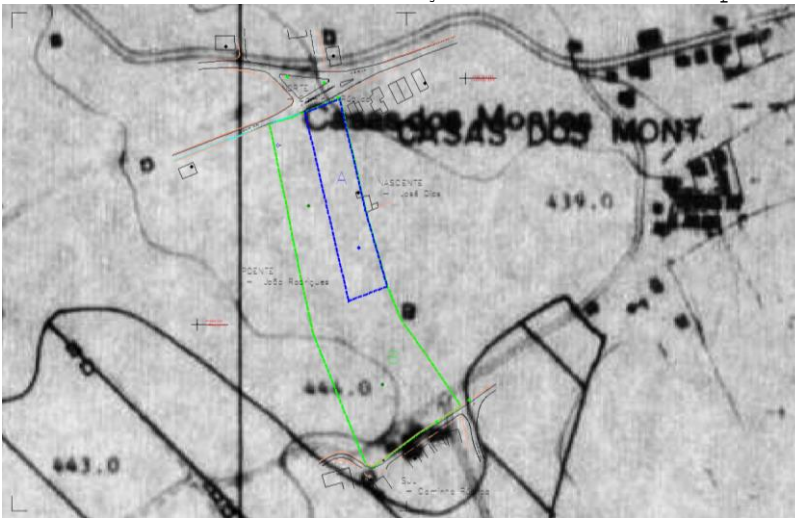
5.2 Nas disposições do Plano Diretor Municipal-----

Recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelo requerente sobre o raster da carta de ordenamento do PDM, folha 47A, à escala 1:10000, verificamos que o terreno se encontra inserido em Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Casas dos Montes e em espaços da Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, tal como se pode constatar no extrato das plantas de ordenamento dos planos municipais de ordenamento do território vigentes à escala de 1:10.000, com a indicação da pretensão, apresentado pelo interessado.-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----



A planta de condicionantes não assinala qualquer servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.-----



6. ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1 Nos termos do previsto do n.º 10, do artigo 6.º, do RJUE, os atos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste, como no caso vertente, devem observar o disposto no n.º 5 do citado preceito legal, sempre que a área maior se localize fora do perímetro urbano.-----

6.2 No caso em análise, a parcela a destacar (parcela "A") situa-se dentro e fora do perímetro urbano, sendo que a maior destas "subparcelas" está localizada fora do referido perímetro.-----

6.3 A pretensão em análise tem por objetivo o destaque de uma parcela de terreno com a área de 5900,00m², verificando-se que a mesma se situa em perímetro urbano e fora deste, isto é possuindo uma área aproximada de 473m² dentro do perímetro e a restante área fora deste e tendo por base que a localização da maior área, da referida parcela, se situa fora do perímetro, neste contexto devem observar-se o disposto nos n.º 10 cumulativamente com o n.º 5, conforme refere o artigo 6º do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.-----

6.4 Neste contexto, no caso em apreço, e verificando-se que a parcela a destacar "parcela A" se situa dentro e fora do perímetro urbano, possuindo a maior área fora, a mesma deverá cumprir cumulativamente, o previsto nas alíneas a) e b) do n.º 5, do diploma legal supra citado, ou seja, de acordo com a alínea a) na referida parcela a destacar só seja construído edifício que se destine exclusivamente a

fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos e de acordo com a alínea b) na parcela a mãe/sobrante "parcela B" que possui área de 17.700,00m², ou seja 1,77ha a mesma deverá cumprir o previsto na alínea b) do n.º 5, ou seja, respeitar a unidade mínima de cultura, fixada no anexo II, da portaria nº219/2016, de 09 de agosto, o que não se verifica.-----

7. PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1 Face ao acima exposto, sou de parecer que o pedido não reúne os requisitos necessários à execução do destaque, nomeadamente não cumpre cumulativamente as condições expressas nas alíneas a) e b) do nº5 do RJUE, isto é a parcela mãe/sobrante (parcela "B") não cumpre a unidade mínima de cultura fixada nos termos da portaria nº219/2016, de 09 de agosto, que Regula a unidade de cultura a que se refere o artigo 1376.º do Código Civil, **não sendo passível de merecer parecer favorável.**----

7.2 Neste contexto, o presente processo administrativo registado com o n.º486/17 deverá estar presente em reunião de Câmara para que o executivo delibere indeferir o pedido de emissão de Certidão de destaque e apresentado sob o requerimento nº nº1229/17.-----

7.3 Mais se refere, havendo despacho em conformidade com o preconizado, deve notificar-se o requerente nos termos do artigo 114º e seguintes, do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprova o novo Código do Procedimento Administrativo, dando-se cumprimento ao disposto no artigo 121º e seguintes no que respeita à audiência prévia dos interessados, mediante o estabelecimento de um prazo de 10 dias para vir a processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 04.08.2017:-----

Visto. Concorde. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão conducente ao indeferimento do pedido de certidão comprovativa de que o acto que terá por efeito o destaque da parcela do prédio requerido pelo interessado, está isento de licença, uma vez que, no âmbito do mesmo, não se encontram cumpridas as disposições legais previstas nos números 5 e 10, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redacção actual.-----

Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, por escrito, nos termos do disposto no artigo 122º, do Decreto-Lei n.º 4/2017, de 7 de Janeiro, para, querendo, vir a processo, num prazo de dez dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão antes preconizada.--

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-08 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017/08/08. -----

Visto. Concorde. A Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS EPLO ALVARÁ DE OCUPAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO N.º 60/11 - PROCESSO N.º 135/10 - NOS - COMUNICAÇÕES, S.A. - AV. CONDE CARIA E RUA SANTOS VIDAGO,

FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 11.08.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através da carta registada nesta unidade orgânica com o nº 1618/16, em 02-09-2016, a promotora solicita a libertação da garantia bancária Nº GAR/11300200, emitida pelo Banco BPI, no valor de 15 230 € e destinada a garantir a boa e regular execução de Infraestruturas subterrâneas na rua Santos Vidago e na avenida Conde Carla, ambas situadas em Vidago.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 03-05-2011, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 60/11, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para a construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na avenida Conde Carla e na rua Santos Vidago, ambos os arruamentos situados em Vidago, União das freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paranhos, concelho de Chaves.-----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no nº 1 do artigo 87º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 8 de novembro de 2016, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na rua Santos Vidago e na avenida Conde Caria, ambas situadas em Vidago.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Recepção Definitiva, conclui-se que as obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 60/11, são passíveis de serem objecto de recepção definitiva.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adopte as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 27º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público Nº 60/11.-----

6.2-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no nº 3 do artigo 27º do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, conjugado com o nº 5 do artigo 54º do RJUE, a caução prestada, poderá ser liberada.

6.3-Neste contexto, propõe-se que seja comunicado ao Banco BPI, que a garantia bancária Nº GAR/11300200, actualmente válida para o montante

de € 1 523 (mil quinhentos e vinte e três euros), poderá ser liberada, de acordo o disposto no artigo 54º do diploma legal acima referido.--
6.4-Notificar a interessada do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica.-
À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 17.08.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a proferir uma deliberação visando a aprovação da recepção definitiva das obras de urbanização tituladas pelo alvará de ocupação de domínio público n.º 60/11 e a concomitante libertação da caução oportunamente apresentadas pelo requerente, no montante de 1.523,00 euros (mil quinhentos e vinte e três euros), através da garantia bancária do Banco BPI, n.º GAR 11300200.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017/08/28. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng. João Adérito Moura Moutinho, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. ALTERAÇÃO À UTILIZAÇÃO DE UM EDIFÍCIO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 379/12 - ALBINA SOUSA FERNANDES - LUGAR DE CASA DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 17.07.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1. Objetivo -----

Veio a Srª Albina Sousa Fernandes a 19 de abril de 2016 e através de requerimento n.º 736/16, referente ao processo n.º 379/12, solicitar nos termos do disposto no artigo 9º e 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação(doravante designado por RJUE), a "legalização de alteração à utilização de um edifício " sito no lugar de Casas dos Montes.-----

Por leitura do processo anexado ao pedido verifica-se que é pretensão do requerente a legalização das alterações levadas a efeito num edifício licenciado a coberto do alvará n.º126/12, que se consubstanciaram na alteração da compartimentação prevista no 1ºandar(onde foi aprovado um fogo tipo T1), para dois fogos tipo T1.- Refira-se que por alvará de utilização n.º142/12 foi autorizada a utilização do imóvel para "serviços e bebidas "no R/C e habitação no 1ª andar. Para que se proceda à alteração citada foram executadas o obras na compartimentação interior, e a nível exterior foram efetivadas a anulação de vãos de janela e a criação de um novo.-----

Por informação técnica da Engenheira Conceição Rei a 29 de setembro de 2016 que recaiu sobre o requerimento nº736/16 foram solicitados elementos de forma a completar o pedido.-----

Por requerimento nº2000/16, a 2 de novembro de 2016 a requerente anexou elementos em falta, tendo o processo sido encaminhado, pela mesma técnica a 28 de dezembro último, nos termos previstos no nº6 do artigo 73º-C do Regulamento Municipal de Urbanização e edificação para o Concelho de Chaves(doravante RMUE) para a Comissão de vistorias respetiva.-----

Através de auto de vistoria lavrado a 2 de março do corrente ano a dita comissão constatou não haver necessidade de obras de correção e/ou adaptação no edifício objeto de vistoria.-----

A 5 de julho o requerente juntou elementos em falta.-----

1.2. Antecedentes-----

Em arquivo existem os seguintes antecedentes ao presente pedido:-----

Licença de obras nº126/12 referente à reconstrução de edifício destinado a Serviço de Bebidas no R/C e um fogo, habitação no 1º andar. A respetiva autorização de utilização foi titulada por alvará nº142/12.-----

2. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

2.1. - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 6º (obras no interior do edifício isentas de controle prévio) artigo 102.º- A do RJUE (obras de alteração de fachada e alteração de uso previsto por alvará de autorização nº142/12).-----

2.2. - Nos Regulamentos Municipais-----

O pedido apresentado tem, enquadramento no artigo 73.ºC -Procedimento de legalização de operações urbanísticas do Regulamento n.º732/2015 o qual procedeu à Revisão do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (de seguida designado por RMUE).Refira-se que por este articulado ,nomeadamente o disposto no seu nº3 a legalização de operação urbanística de edificação será titulada por alvará de utilização, no qual deverá constar menção expressa que o edifício a que respeita foi objeto de legalização. -----

2.3. - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Tendo em conta a demarcação constante nas plantas de localização à escala 1/10.000, apresentadas pelo interessado e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal, constata-se que encontra-se na Classe1 - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

Segundo a planta de condicionantes, do PDM de Chaves, sobre o terreno do interessado não impede uma servidão e/ou restrição de utilidade pública.-----

3. ANÁLISE -----

3.1. Análise da instrução do processo -----

O processo encontra-se instruído de acordo com o disposto no Anexo I, do ponto I e nos n.ºs 15 e 16, do ponto III e ponto V (autorização de utilização) , da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e de acordo com o n.º4, do artigo 102.º-A do RJUE, por se tratar de uma legalização ---

3.2. Análise da pretensão-----

O pedido do requerente assenta na regularização das alterações da compartimentação e na abertura e fecho de vão de janelas no 1º andar do imóvel em causa, por forma a se constituírem dois fogos de tipologia T1, onde inicialmente está previsto um fogo de tipologia T1.-----

3.3. Análise face aos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor

As obras em causa não alteram, a nível de regulamento do Plano Diretor Municipal, as razões de licenciamento do imóvel praticado por alvará nº126/12 e com alvará de utilização nº142/12.-----

3.4. Análise face às vistorias prévias previstas nos termos do artigo 73º-C do RMUE-----

O procedimento de legalização é procedido de vistoria prévia em conformidade com o disposto no nº6 do artigo 73º-C do RMUE. que tem como objetivo apurar o estado geral de conservação da edificação, bem como a sua inserção urbana, de acordo com a avaliação material que, sobre a matéria, possa ser, objetivamente, realizada, no âmbito de tal diligência, validando todos os elementos probatórios que acompanham o procedimento de legalização.-----

A 2 de março ultimo foi realizada vistoria previa ao procedimento de legalização tendo sido constatadas, de acordo com auto nº105, não existir objeções à legalização da operação urbanística -----

4. PARECER/CONCLUSÃO-----

Face ao anteriormente citado verifica-se que:-----

- A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída ---
- O projeto apresentado cumpre as condições definidas no Plano diretor municipal, RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----
- Por vistoria realizada a 2 de março foi constatado não haver objeções à legalização da operação urbanística em causa.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Tendo em linha de consideração que a competência para a tomada de decisão administrativa no âmbito do procedimento de legalização pertence à Câmara Municipal, sugere-se o agendamento do presente assunto para a próxima reunião do referido órgão executivo. Nestes termos se atente ao que vem de ser dito, sou a propor que a Câmara Municipal adote a seguinte decisão:-----

1- Delibere deferir o pedido de legalização da operação urbanística a que me venho reportando, e que se consubstancia na criação de dois fogos do tipo T1 no 1º andar e na abertura e fechamento de vãos de janela nesse mesmo piso.-----

2- Uma vez que em resultado de vistoria realizada ao imóvel em causa não resultou a necessidade de serem levadas a efeito quaisquer obra de adaptação ou construção , a Câmara Municipal deverá igualmente delibera que, no âmbito da operação urbanística em presença, se reconheça estarem preenchidos os requisitos legais que permitam a emissão de um aditamento ao alvará de utilização nº142/12 a requerer pelo interessado no prazo de 30 dias, a contar do deferimento do pedido de legalização, onde passam a constar os seguintes usos:-----

- Rés-do-chão-estabelecimento de restauração e bebidas-----
 - 1º andar-2 fogos do tipo T1 que foram objeto de legalização----
- Refira-se ainda que a emissão do título-autorização de utilização ficará ainda condicionada ao pagamento das seguintes taxas municipais.

Cálculo das taxas administrativas-(TA)- 79,50 €

	Descrição	Un	Taxa	Valor
Capítulo				
II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção				
IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção				
o IV	EMISSION DE TITULO			
Artigo				
66.º	emissão			

n.º 1	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia (taxa geral)	1	63,60 €	63,60 €
nº14	Alteração das fachadas dos edificios licenciados com a abertura, ampliação, ou fechamento de vãos de e janelas portas ou janelas por m2, acresce ao valor referido em 1., por m2	3	5,30 €	15,90 €
	TOTAL			79,50 €

- Cálculo das taxas de vistorias TV-

76.15 €

(por no andar o nº de fogos passa de um para dois)

Vistorias -artigo 75º		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 75º	Vistoria para efeito de autorização			
n.º 1	Taxa geral para a realização de vistoria	1	52,95 €	52,95 €
n.º 2	Acresce ao valor em 1 por cada unidade de ocupação			0,00 €
2bº)	habitação multifamiliar, por cada unidade	2	11,60 €	23.20 €
	TOTAL			76.15 €

Cálculo das taxas de autorização de utilização TAU-38,20 €

Descrição		Un.	Taxa	Valor
Capítulo II	EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO			
Secção IV	EDIFICAÇÕES			
Subsecção V	CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO			
Artigo 74.º	Alteração de Utilização de edificios e suas fracções			
n.º 1	Emissão autorização de alteração de utilização	1	22,30 €	22,30 €
n.º 2	Para habitação, por fogo, ao valor referido em 1 acresce	2	7,95 €	15,90 €
	TOTAL			38,20 €

taxas administrativista-TA	79,50 €
taxas de vistorias TV	76,15 €
Taxa de autorização TAU	38,20 €
Valor total	193,85 €

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 28.08.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos

competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão de um aditamento ao alvará de autorização de utilização n.º 142/12, nos termos descritos no ponto 2, do item "5 - PROPOSTA DE DECISÃO" deste documento.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL, ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017/08/29. -----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. EMPREITADA "SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES".- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 38/GNE/2017

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. INTRODUÇÃO

- O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 21 de julho de 2017, aprovou o relatório final de análise das propostas, da empreitada "Saneamento Básico de Adães", mediante informação/proposta nº 295/2017, produzida pela Divisão de Obras Públicas, datada de 12 de julho de 2017; -----

- Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 19 de julho de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da empreitada mencionada em epígrafe, "Altura Dinâmica, Lda., e, restantes concorrentes, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para a apresentação dos documentos de habilitação; --

- No dia 17 de agosto de 2017, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Altura Dinâmica, Lda.", veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 17 317,29 (dezassete mil, trezentos e dezassete euros e vinte e nove cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

- No dia 28 de agosto de 2017, foram, em simultâneo, todos os concorrentes, notificados dessa apresentação, e, efetuada, no mesmo dia, a sua disponibilização na plataforma eletrónica vortal.biz, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 85º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro. -----

2. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Altura Dinâmica, Lda." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 28 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, (Rute Dias) -----

Em anexo: - Minuta do Contrato-----

MINUTA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREITADA "SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES" -----

No dia ... de de 2017, nesta cidade de Chaves, no Edifício dos Paços do Concelho, celebram o presente contrato de execução de empreitada pelo preço contratual de **€ 346 345,85 (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro: -----

Como Primeiro Contratante, MUNICÍPIO DE CHAVES, titular do Cartão de Pessoa Coletiva de Direito Público Nº 501205551, com sede em Chaves, neste ato legalmente representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário no Edifício dos Paços do Concelho, Praça de Camões, em Chaves. -----

E -----

Como Segundo Contratante, ALTURA DINÂMICA, LDA., com sede em, Pessoa Coletiva nº, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de, titular do Alvará de Construção nº, com o capital social de euros, legalmente representada por, casado, natural de....., residente na em Chaves, titular do Cartão do Cidadão número, válido até, emitido pelas entidade competentes da Republica Portuguesa na qualidade de, conforme poderes constantes, na Certidão Permanente documento que fica arquivado em anexo ao presente contrato.

Cláusula 1ª ----- (Objeto e preço contratual) -----

1. O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Saneamento Básico de Adães"**, pelo preço de **€ 346 345,85** (trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos) que não inclui o IVA à taxa legal em vigor. -----

2. A presente empreitada, foi adjudicada pelo primeiro contratante ao segundo contratante, por deliberação camarária do dia 21/07/2017, tendo sido aprovada a respetiva minuta do contrato, por deliberação camarária do dia .../.../2017, em conformidade com o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição desta empreitada, devidamente aprovados por deliberação camarária do dia 10/04/2017 e Projeto de Execução devidamente aprovado por deliberação camarária do dia 09/06/2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo contratante, bem como lista de preços unitários a ela anexa,

documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e que ficam arquivados junto do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

(Prazo de Execução) -----

1. A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **180 (cento e oitenta)** dias, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo contratante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo. -----

2. Para efeitos da outorga da consignação prevista no número anterior, deverá o segundo contratante proceder à entrega do Plano de Segurança e Saúde, com a antecedência máxima de 15 dias relativamente à data da consignação, nos termos e para os efeitos previstos no nº1, do Artigo 362º, do CCP. -----

3. O início da produção de efeitos do contrato, de acordo com o nº1 antecedente, encontra-se prevista para de de 2017. -----

Cláusula 3ª -----

(Prazo de Garantia da Obra) -----

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos: -----

a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais; -----

b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas; -----

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis. -----

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra, desde que suscetível de uso independente e autonomizável. ----

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina. -----

Cláusula 4ª -----

(Pagamentos) -----

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro contratante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 26ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 32ª do mesmo Caderno. -----

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura. -----

Cláusula 5ª -----

(Revisão de Preços) -----

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de janeiro. -----

2 - A revisão de preços obedece à seguinte fórmula: **Tipo F21 - Rede de abastecimento e água e de águas residuais** - publicada no despacho n.º 22 637/2004 (2ª série), de 5 de novembro. -----

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. -----

Cláusula 6ª -----

(Cabimento e Compromisso) -----

1 - A empreitada consta no Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do segundo contratante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento nas rubricas com a seguinte classificação: Económica: 07010402; CAB nº 749/2017, de 06/04/2017; -----

2 - Com a assinatura do presente contrato foi assumido o Compromisso Nº 2280/2017, de 13/07/2017 em cumprimento do disposto no nº2, do artigo 9º e nº3, do artigo 5º, ambos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e artigo 7º, nº3, alínea c) do D.L. nº 127/2012, de 21 de junho. -----

Cláusula 7ª -----**(Garantia para Cumprimento das Obrigações por parte do Segundo Contratante)-----**

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Garantia Bancária Nº 00125-02-2072597, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A., no valor de € 17 317,29 (dezassete mil, trezentos e dezassete euros e vinte e nove cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objeto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 89º, do CCP. -----

Cláusula 8ª -----**(Foro Competente) -----**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Cláusula 9ª -----**(Prevalência) -----**

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada, as expressas no contrato, no Caderno de Encargos, Plano de Segurança e Saúde, Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, e na proposta que foi apresentada pelo segundo contratante.

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o caderno de encargos, seguidamente a proposta que foi apresentada pelo segundo contratante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto nº6, do artigo 96º, do CCP. -----

Cláusula 10ª -----**(Legislação aplicável) -----**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e na restante legislação aplicável. --

Cláusula 11ª -----**(Disposições finais) -----**

1 - Os pagamentos efetuados ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas; -----

2 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 10/04/2017; -----

3 - O procedimento por concurso público, relativo ao presente contrato foi adjudicado por deliberação do executivo camarário do passado dia 21/07/2017; -----

4 - A minuta do presente contrato foi aprovada por deliberação do executivo camarário do passado dia .../.../2017; -----

5 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato; -----

6 - Foram apresentados pelo segundo outorgante: Registos Criminais, Alvará de Construção, documentos comprovativos da situação

contributiva regularizada perante a Segurança Social e Serviço de Finanças, Declaração Modelo II, anexo ao CCP e Certidão Permanente.

O Primeiro Contratante: _____

O Segundo Contratante: _____

Contrato nº .../17. _____

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 _____

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 28.07.2017 _____

À reunião de Câmara _____

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. _____

1.2. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA Nº 3 DE CHAVES - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM DE INFÂNCIA DO CANEIRO - NÃO ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA - PROCEDIMENTO Nº 52/DOP/2017 E NOVO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO N.º 1 DO ARTIGO 24 DO CCP _____

Foi presente a informação nº 351/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2ª. Série, nº 121, de 26 de junho de 2017 concurso público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Requalificação da Escola Básica Nº 3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro". -----

Considerando que após análise das propostas apresentadas a concurso, verificou-se que nenhuma delas cumpre os requisitos estabelecidos no Programa de Procedimento, pelo que não foram consideradas, como se comprova no relatório preliminar, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. -----

Considerando que, tendo sido de imediato promovida a respetiva audiência prévia, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, não foi apresentada qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão. -----

Considerando que é intensão do Município, a realização da obra "Requalificação da Escola Básica Nº 3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro", podendo para tal recorrer ao ajuste direto, tal como prevê a alínea b) do artigo 24º do CCP. -----

Considerando que o projeto de "Requalificação da Escola Básica Nº 3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro", nos termos da informação produzida sobre a matéria, pela DPM, (informação nº 18/DPM/2017), foi aprovado em Reunião de Câmara no dia 15 de maio do presente ano. -----

II - Da Proposta de Decisão -----

Assim, não haverá lugar a adjudicação da obra, dado que nenhum concorrente apresentou proposta válida, ao abrigo do disposto na alínea nº 1 do artigo 79º, do CCP. -----

Face ao descrito, e com o intuito de se dar início a novo procedimento tendente à adjudicação da obra, propõe-se: -----

1. A não adjudicação do Procedimento nº 52/DOP/2017, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 79º do CCP. -----

2. Que seja autorizada a abertura de um novo procedimento por Ajuste Direto, para a adjudicação da obra "Requalificação da Escola Básica Nº 3 de Chaves - Requalificação e Ampliação da EB1 e Jardim de Infância do Caneiro", ao abrigo da alínea b), do nº 1 do artigo 24º do CCP. --

3. Que a obra pública em causa seja realizada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos. -----

4. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 748.849.44 Euros, (Setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e quarenta e nove euros e quarenta e quatro cêntimos), acrescido do respetivo valor do IVA, valor que se mantém inalterado face ao concurso original; -----

5. A abertura de um procedimento por ajuste direto com consulta às firmas: -----

- Edinorte - Edificações, S.A.; -----
- Anorte - Construções e Engenharia, Lda., -----
- Américo Teixeira - Construção Civil e Obras Públicas, Lda. -----

Por serem empresas credíveis, possuírem o alvará de construção exigido no ponto 8.3 do convite, terem experiência profissional e se encontrarem dentro dos limites preconizados no ponto 2 do artigo 113º do CCP. -----

6. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente: -

- a) Convite a enviar à entidade; -----
- b) Caderno de Encargos, documento que se mantém inalterado relativamente ao Procedimento concursal público, entretanto desenvolvido para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 24 do CCP; -----
- c) Plano de Segurança e Saúde; -----
- d) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

7. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 120 dias. -----

Sendo a obra a executar uma escola, estima-se que o prazo de 120 dias é recomendado, para minimizar por um certo período o funcionamento da respetiva escola. -----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos: -----

Presidente: Amélia Rodrigues -----

Efetivos: -----

- 1º Vogal efetivo: Abel Peixoto -----
- 2º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----

Suplentes: -----

- 1º Vogal suplente: Madalena Branco -----
- 2º Vogal suplente: Vítor Pereira -----

9. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P; -----

10. O nº 2 do artigo 43º, do Código dos Contratos Públicos, sob a epígrafe, Caderno de Encargos do Procedimento de formação de contratos de empreitada, na versão que lhe veio a ser confiada, com a publicação e entrada em vigor, do D.L. nº 149/2012, de 12 de julho, veio a consagrar, legalmente, o dever de revisão obrigatória do projeto de execução nas obras classificadas na categoria III ou superior, bem como naquele cujo preço base seja enquadrável na classe 3 ou superior de alvará. -----

Todavia, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 43º do retro citado diploma legal, a alteração normativa, acima, preconizada à redação do nº 2, do artigo 43º do referido código, só produz efeitos a partir da

entrada em vigor do diploma regulamentador que estabeleça o regime aplicável à revisão do projeto de execução. Sendo certo que, até à presente data, tal diploma legal ainda não veio a ser publicado e para o fim regulamentador, em vista, dando operacionalidade a tal solução normativa indissociável da melhoria da qualidade dos projetos que dão suporte às obras públicas realizadas mediante a celebração de contrato de empreitada de obras públicas. -----

A proposta técnica, em apreciação, consubstanciada na aprovação, pelo órgão executivo municipal, do projeto de execução, tendo como objeto a Requalificação da Escola Básica N° 3 de Chaves, a Requalificação e Ampliação da EBI e Jardim de Infância do Caneiro e consequente lançamento do respetivo procedimento adjudicatório, mediante a aprovação das correspondentes peças do procedimento (proposta de decisão de Contratar) acaba por propor, fundamentadamente, a dispensa de revisão de projeto, pese embora o valor base da correspondente empreitada ser fixada em 748.849,44 Euros. -----

Tal dispensa do procedimento de revisão do projeto é, tecnicamente, defendida tendo em atenção, como decorre, expressamente, da proposta técnica, em apreciação, o facto de estarmos na presença de uma obra simples, sem complexidade relevante, onde não são aplicados métodos ou técnicas inovadoras, o facto do projeto de execução ter sido, na sua generalidade revisto pelos serviços municipais competentes, sendo praticamente, nulo o grau de imprevisibilidade da empreitada, argumentação técnica que, à partida, perante tal disposição legal, perspetivada à luz da redação primitiva do n° 2 do artigo 43° do Código dos Contratos Públicos, a qual continua a ser de aplicar, partindo do argumentário vertido anteriormente. -----

Com o intuito de dar concretização às recomendações do Tribunal de Contas, constantes do relatório n° 1/2015, da 2ª Secção, propõe-se a nomeação do SR. Eng. Vítor Pereira, como gestor do empreendimento, que será responsável pela gestão da obra ao longo da sua execução. -----

11. Entende-se, também, que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no n° 5, do artigo 43° do referido diploma, são dispensáveis, designadamente: -----

- Levantamento e análise de campo - O projeto consiste na beneficiação de um edifício escolar existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de levantamento topográfico; -----

- Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na beneficiação de um edifício escolar existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico - geotécnico; -

- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um espaço existente, não estando sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro; -----

- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto consiste na beneficiação de um edifício existente e, não aplicando quaisquer expropriações; -----

- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros; -----

- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo. -----

12. O convite estabelece, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual a proposta é considerada anormalmente baixa. - Esta estratégia pretende garantir o equilíbrio financeiro indissociável da fixação do preço contratual vertido na proposta, face ao preço base determinado no Caderno de Encargos e ainda a evitar, de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a subestimação desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí emergentes, para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual, preocupação que sai reforçada quando o critério de adjudicação da proposta selecionada é, nos termos do artigo 74 do CCP, o do mais baixo preço. -----

13. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 748.849.44 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 2.1.1. 0102 07010305 0211 2017 I 5, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2017/1441. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 28 de agosto de 2017-----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: -----

- Convite; -----

- Caderno de Encargos; -----

- Plano de Segurança e Saúde; -----

- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. ECOVIA DE VIDAGO - TROÇO 1 (TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A AVENIDA CONDE CARIA E O BALNEÁRIO TERMAL DE VIDAGO) - NÃO ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA - PROCEDIMENTO N.º 54/DOP/2017 E NOVO PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA B), DO N.º 1 DO ARTIGO 24 DO CCP -----

Foi presente a informação n.º 352/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A Câmara Municipal de Chaves, abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica, 2ª. Série, n.º 123, de 28 de junho de 2017 concurso

público, tendo como objetivo a adjudicação da empreitada designada "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)".-----
 Considerando que após análise das propostas apresentadas a concurso, se verificou que nenhuma delas cumpre os requisitos estabelecidos no Programa de Procedimento, pelo que não foram consideradas, como se comprova no relatório preliminar, documento que aqui se dá, por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.-----
 Considerando que, tendo sido de imediato promovida a respetiva audiência prévia escrita, e esgotado o prazo para o exercício do direito de participação na tomada de decisão, não foi apresentada qualquer sugestão quanto ao sentido da decisão.-----
 Considerando que é intenção do Município, a realização da obra "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", podendo para tal recorrer ao ajuste direto, tal como prevê a alínea b) do artigo 24.º do CCP.-----

II - Da Proposta de Decisão-----

Assim, não haverá lugar a adjudicação da obra, dado que nenhum concorrente apresentou proposta valida, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 79º, do CCP. -----
 Face ao descrito, e com o intuito de se dar inicio a novo procedimento tendente à adjudicação da obra, propõe-se:-----

1. A não adjudicação do Procedimento n.º 54/DOP/2017, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 79 do CCP.-----

2. Que seja autorizada a abertura de um novo procedimento por Ajuste Direto, para a adjudicação da obra "Ecovia de Vidago - Troço 1 (Troço compreendido entre a Avenida Conde Caria e o Balneário Termal de Vidago)", ao abrigo da alínea b, do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.-----

3. Que a obra em causa seja realizada por empreitada, dada a especificidade dos trabalhos.-----

4. Que o valor base para a presente empreitada seja fixada em 250.000,00 Euros, (Duzentos e cinquenta mil Euros), acrescido do respetivo valor do IVA;-----

5. A abertura de um procedimento por ajuste direto com convite às firmas:-----

- Edinorte - Edificações, S.A.;-----
- Anorte - Construções e Engenharia, Lda.,-----
- Américo Teixeira - Construção Civil e Obras Públicas, Lda.-----

Por serem empresas credíveis, possuírem o alvará de construção exigido no ponto 8.3 do convite, terem experiência profissional e se encontrarem dentro dos limites preconizados no ponto 2 do artigo 113º do CCP.-----

6. A aprovação das peças do procedimento em anexo, respetivamente:---

a) Convite a enviar à entidade; -----

b) Caderno de Encargos, documento que se mantém inalterado relativamente ao Procedimento concursal público, entretanto desenvolvido para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do Artigo 24 do CCP; -----

c) Plano de Segurança e Saúde; -----

d) Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.

7. Que o prazo máximo de execução da obra seja de 90 dias.-----

8. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 67º do Código dos Contratos Públicos, o júri responsável pela condução dos procedimentos, para a formação dos contratos, seja constituído pelos seguintes elementos:-----

Presidente: Amélia Rodrigues-----

Efetivos:-----

1º Vogal efetivo: Fernanda Serra -----
 2º Vogal efetivo: Madalena Branco -----
 Suplentes:-----
 1º Vogal suplente: Paulo Branco-----
 2º Vogal suplente: Vítor Pereira-----

9. Que, de acordo com o estipulado no nº1 do Artigo 109º do Código dos Contratos Públicos, sejam delegadas ao júri todas as competências, com exceção do disposto no nº2 do artigo 69º do C.C.P;-----

10. Entende-se, também, que determinados elementos de solução da obra a realizar exarados no nº 5, do artigo 43º do referido diploma, são dispensáveis, designadamente:-----

- Levantamento e análise de campo - O projeto consiste na beneficiação de uma via existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de levantamento topográfico;-----
- Estudo geológico - geotécnico - O projeto consiste na beneficiação de uma via existente, mantendo as condições originais, pelo que não existe a necessidade de estudo geológico - geotécnico;-----
- Estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos da legislação aplicável - A obra a levar a efeito trata-se da remodelação de um espaço existente, não estando sujeita a avaliação de impacto ambiental por não se enquadrar nos projetos abrangidos pelas alíneas a) e b) do n.º 3 e n.º 4 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, bem como pela Declaração de Retificação n.º 2/2006, de 6 de Janeiro;-----
- Estudos de impacte social, económico ou cultural neste se incluindo a identificação das medidas de natureza expropriatória a realizar, dos bens e dos direitos a adquirir e dos ónus e servidões a impor - O projeto consiste na requalificação de uma via existente não aplicando quais expropriações, nem alteração da área da mesma;-----
- Resultado dos ensaios laboratoriais ou outros - Tendo em consideração as características da obra a realizar, não foram realizados ensaios laboratoriais ou outros;-----
- Plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável - O PPGRCD faz parte das peças do procedimento, em fascículo anexo.-----

11. O convite estabelece, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 132, do CCP, por referência ao preço base fixado no caderno de encargos, um valor, no caso, 20 % do valor da proposta abaixo do preço base, a partir do qual a proposta é considerada anormalmente baixa. - Esta estratégia pretende garantir o equilíbrio financeiro indissociável da fixação do preço contratual vertido na proposta, face ao preço base determinado no Caderno de Encargos e ainda a evitar, de acordo com as regras previstas sobre a matéria, no CCP, a subestimação desproporcional do preço contratual na proposta, face ao preço base, previsto no caderno de encargos, com todas as desvantagens daí emergentes, para a boa execução do contrato e para o cumprimento do princípio do equilíbrio contratual, preocupação que sai reforçada quando o critério de adjudicação da proposta selecionada é, nos termos do artigo 74 do CCP, o do mais baixo preço. -----

12. O valor base do orçamento dos trabalhos em causa está estimado em 250.000,00 Euros, IVA não incluído, tendo enquadramento nas despesas emergentes da contratação nos instrumentos de Gestão Financeira em vigor no objetivo 3.3.1 0102/07030301 0803 2011 I 6, tendo sido concedida à obra a proposta de cabimento n.º 2017/1445.-----

À consideração Superior.-----
 Divisão de Obras Públicas, 28 de agosto de 2017-----
 A Chefe de Divisão-----
 (Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)-----

Em anexo:-----

- Convite;-----
- Caderno de Encargos;-----
- Plano de Segurança e Saúde;-----
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição.-

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de Câmara-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA.-----

Foi presente a informação nº 375/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

I - Enquadramento-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 74 de 13 de abril de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Saneamento Básico de Adães".-----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 21 de julho de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Altura Dinâmica, Lda., a execução da referida empreitada.--

3 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 346.345,85 € (trezentos e quarenta e seis mil trezentos e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra 180 dias.-----

5 - O adjudicatário, apresentou a dia 21 de agosto de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.

II - Fundamentação-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis.-----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra.-----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos.-----

III - Da Proposta em Sentido estrito-----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de:-----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo;-----
 2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Madalena Branco;-----
 3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação;-----
 4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho).-----
- À consideração Superior.-----
- Divisão de Obras Públicas, 25 de agosto de 2017-----
- A Chefe de Divisão-----
- (Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues)-----

Em anexo: Plano de Segurança e Saúde.-----

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES-----

Município de Chaves, dono da obra "Saneamento Básico de Adães", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica **Maria Madalena de Sousa Durão Branco**, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afetas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções.-----

Divisão de Obras Públicas, 25 de agosto de 2017.-----

Pelo Dono da Obra-----

(Arq. António C. Monteiro Cabeleira) -----

(Eng.ª Amélia Cristina G. Rodrigues)-----

A Coordenadora de Segurança e Saúde da Obra-----

(Eng.ª Maria Madalena de Sousa Durão Branco)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 28/08/2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - APROVAÇÃO DE SUBEMPREITEIRO -----

Foi presente a informação nº 364/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de saneamento e Etar de Calvão". -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções 4 de Maio, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 14 de Julho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 398.152,50€ (Trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois Euros e cinquenta e quatro cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

• Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 17 de Julho de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 18 dias do mês de agosto de 2017. -----

II - Fundamentação -----

A entidade executante vem, apresentar o contrato da Empresa de Transportes, Tâmega Trans, Lda, com vista a eventual aprovação do dono de obra para a sua admissão na qualidade de subempreiteiro. -----

Os trabalhos que este subempreiteiro se propõe executar consistem na execução de abertura e fecho de valas, bem como implantação do coletor de águas residuais, o que equivale a 49,10% do valor total da empreitada. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Da análise dos elementos apresentados, bem como do respetivo título de registo no Inci, Instituto da Construção e do Imobiliário, que se anexam, conclui-se que a empresa apresentada reúne as condições preceituadas na cláusula 48ª do caderno de Encargos, nos artigos 383º e seguintes do CCP, nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do D.L. 12/04 de 9 de janeiro e da portaria 19/2004 de 10 de janeiro- com salvaguarda inclusive do somatório dos valores subcontratados até à data não ultrapassar 75% do valor global da obra. -----

Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na subempreitada desta empresa. -----

Em anexo: -----

- Contrato de subempreitada -----

- Lista de quantidades -----

- Alvará -----

- Certidão Finanças -----

- Certidão Segurança Social -----

- Certidão permanente -----

- Seguros dos trabalhadores -----

- Certificados de equipamento -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 18 de agosto de 2017-----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.ª) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 28/08/2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)- TRABALHOS ELEGIVEIS - AUTO N3/DOP/17-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 10.045,32 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À Reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €10.045,32 (dez mil e quarenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.7. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS - auto nº 4/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 4/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 5.251,33 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 5.251,33 € (cinco mil duzentos e cinquenta e um euros e trinta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor-----

1.8. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º1 DE CHAVES - JARDIM DE INFÂNCIA DE CHAVES) AUTO MEDIDÇÃO N.º. 1/DOP/17 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 85.028,39 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO:A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 85.028,39 €, oitenta e cinco mil e vinte e oito euros e trinta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRASLAR. AUTO MEDIÇÃO N° 2/DOP/17 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 2/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 117.451,23 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 117.451,23 €, (cento dezassete mil quatrocentos e cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. ---

1.10. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFÂNCIA - AUTO MEDIÇÃO N 2/DOP/17 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 2/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SENSETEC - TECHNICAL SERVICES, UNIPESSOAL LDA, no valor de 111.035,63 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 111.035,63 €, (cento e onze mil e trinta e cinco euros e sessenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

1.11. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA PRIMÁRIA DE VIDAGO - JARDIM DE INFÂNCIA - AUTO MEDIÇÃO N° 3/DOP/17 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SENSETEC - TECHNICAL SERVICES, UNIPESSOAL LDA, no valor de 1.681,10 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 1.681,10 € (mil

seiscentos e oitenta e um euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3), PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.5), REMODELAÇÃO PAISAGÍSTICA E FUNCIONAL DO TERREIRO DA CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA - Auto de Medição nº 2/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 7.933,64 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----

É o último auto de medição que, no âmbito desta empreitada, irá merecer a sua provação, considerando que, tendo sido concretizada a demolição do edifício existente - antigo Posto de Turismo -, o trabalho da empreitada está concluído. -----

Tudo, em coerência com a sua posição já assumida, sobre o assunto, em anteriores reuniões, desta Câmara, e consubstanciada na sua discordância quanto à construção de edifícios, em jardins públicos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 7.933,64 € (sete mil novecentos e trinta e três euros e sessenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, -----

1.13. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - TRABALHOS ELEGÍVEIS - AUTO DE MEDIÇÃO N 13/DOP/17-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 13/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 18.151,49 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 18.151,49 (dezoito mil cento e cinquenta e um euros e quarenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.14. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS AUTO DE MEDIÇÃO N 14/DOP/17-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 14/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 43.143,04 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 43.143,04 € (quarenta e três mil cento e quarenta e três euros e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.15. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – TRABALHOS ELEGÍVEIS - AUTO DE MEDIÇÃO N 15/DOP/17-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 15/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 9.999,71 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 9.999,71 € (nove mil novecentos e noventa e nove euros e setenta e um centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor-----

1.16. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS - AUTO DE MEDIÇÃO N 16/DOP/17-----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 16/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 9.596,28 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.08.28. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.28. -----

À Reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de 9.596,28 €, (nove

mil quinhentos e noventa e seis euros e vinte e oito cêntimos),
acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

1. INSTALAÇÃO DE BANCOS DE GRANITO E GUARDAS METÁLICAS - ADITAMENTO - LOCAL: ALAMEDA DE TRAJANO (MARGEM DIREITA DO RIO TÂMEGA) - INFORMAÇÃO 112/UFRO/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1 - Enquadramento-----

Por solicitação do Sr. Presidente do Município de Chaves, esta unidade, apresenta aditamento à proposta de instalação de guardas na Alameda de Trajano (margem direita do rio Tâmega), troço compreendido entre a ponte Engenheiro Barbosa Carmona e ponte pedonal metálica, tendo sido esta presente na reunião de Câmara Municipal de 04 de agosto do presente ano.-----

2 - Fundamentação-----

Trata o presente aditamento, da complementação dos bancos de granito a instalar, com guardas metálicas, bem como alterar as restantes guardas nos seus topos laterais, por forma a suprimir qualquer tipo de perigo/risco para quem aí circule.-----

O orçamento para execução do aditamento à obra é de **8.436,75€** (Oito mil quatrocentos e trinta e seis euros e setenta e cinco cêntimos), acrescido da taxa de iva em vigor.-----

A mão de obra será prestada pela Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais.-----

O custo do fornecimento de materiais será suportado pelo Município de Chaves. -----

O tempo estimado para realização dos trabalhos é de três (3) meses.-

O encargo económico com a presente aquisição de materiais e serviços têm cabimento na seguinte rubrica orçamental do plano plurianual de investimento: 07.03.06 2003 I 15.-----

Segue em anexo peças desenhadas e escritas referentes ao assunto supramencionado.-----

3 - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente assunto, seja encaminhado para o Sr. Presidente do Município de Chaves para análise e pronuncia de decisão;-----

b) Posteriormente, deverá esta unidade, ser informada da resolução sobre a matéria.-----

À consideração superior,-----
22/08/2017-----

O Chefe de Divisão-----
(Inácio Moraes, Eng.º)-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-22 -----

Visto. Caso a solução, ora, proposta, merecer acolhimento superior, deverá o presente assunto ser, novamente, agendado para uma próxima reunião de Câmara Municipal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 22.08.2017 -----

Visto. Concordo. À reunião de Câmara -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - É favorável à colocação de uma estrutura de proteção, na margem ribeirinha do Rio Tâmega, sendo, também, favorável à execução da alteração, ora, traduzida na proposta, em apreciação. -----

2 - No entanto, o tipo de proteção proposto não é o mais adequado, sugerindo a colocação de barras verticais e não barras longitudinais, conforme consta da proposta. -----

3 - Em questões de segurança, a Autarquia deverá pugnar, sempre, pelo rigor máximo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. -----

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1.-"AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018".- APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 39/GNE/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

- O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no dia 04 de agosto de 2017, aprovou a adjudicação da "aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018", mediante informação produzida pela Divisão de Gestão Financeira - Setor de Contratação, datada de 19 de julho de 2017; -----

- Dando cumprimento ao disposto no artigo 77º, do DL nº 18/2008, de 29 de janeiro, no dia 19 de julho de 2017, foram efetuadas as devidas notificações de decisão de adjudicação, para, a firma adjudicatária, da prestação de serviços mencionada em epígrafe, "Auto Viação do Tâmega, Lda, tendo sido concedido à empresa adjudicatária o prazo de 10 dias para a apresentação dos documentos de habilitação; -

- No dia de hoje, dentro do prazo legalmente estabelecido, a firma adjudicatária, "Auto Viação do Tâmega, Lda." veio através da plataforma eletrónica vortal.biz, apresentar a totalidade dos documentos de habilitação, solicitados e prestação de caução a favor do Município de Chaves, no valor de € 14 618,33 (catorze mil,

seiscentos e dezoito euros e trinta e três cêntimos), correspondente a 5% do valor do contrato; -----

3. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal que adote deliberação consubstanciada no seguinte: -----

a) Aprovação da presente proposta e respetiva minuta do contrato, documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; -----

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação, pelo executivo camarário, dever-se-á proceder à notificação da firma adjudicatária "Auto Viação do Tâmega, Lda." do teor integral da minuta do contrato em apreciação, adotando-se os demais formalismos previstos no CCP em vista à celebração do mesmo. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 28 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, (Rute Dias) -----

Em anexo: - Minuta do Contrato -----

MINUTA DO CONTRATO DE "AQUISIÇÃO DE BILHETES DE ASSINATURA (PASSES ESCOLARES) PARA O ANO LETIVO DE 2017/2018". -----

No dia ... de de dois mil e dezassete, celebram o presente contrato de "aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) para o ano letivo de 2017/2018", pelo preço total de **292 366,69 € (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Como primeiro contratante, o **Município de Chaves**, pessoa colectiva nº 501205551, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Chaves, António Cândido Monteiro Cabeleira, casado, natural da freguesia e concelho de Valpaços, com domicílio necessário o Edifício dos Paços do Concelho, em Chaves. -----

Como segundo contratante, **Auto Viação do Tâmega, Lda.**, Pessoa Colectiva nº 500038619, com sede no Largo da Estação, 5400 - Chaves, com o mesmo número de matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Chaves, com capital social de 3.798.080,00 euros, neste acto legalmente representada por António Pereira, viúvo, natural de Santiago de Ribeira de Alhariz, residente em Rua do Eiró, nº 20, São Cipriano, Serapicos, 5445 - 094 Carrazedo de Montenegro, titular do Bilhete de Identidade nº 7492420, emitido em 21 de outubro de 1986, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa, na qualidade de sócio gerente da mencionada sociedade, com poderes para o ato. -----

Cláusula 1ª -----

Objecto -----

O presente contrato tem por objecto a aquisição de bilhetes de assinatura - passes escolares - que terão validade trimestral, a utilizar somente em duas viagens, nos dias letivos e para os troços das carreiras que ligam o local do estabelecimento de ensino ao local de residência do aluno, de acordo com o Decreto-Lei nº 299/84, de 27 de setembro, a Portaria nº 161/85, de 23 de março e a Portaria nº 181/86, de 6 de maio, para os alunos que constam no anexo A, documento que faz parte integrante do presente contrato. -----

Cláusula 2ª -----

Local da prestações de serviços -----

A aquisição de bilhetes de assinatura - passes escolares - destina-se aos alunos residentes no concelho de Chaves e que frequentam o ensino básico e secundário, de acordo com a sua área de residência. -----

Cláusula 3ª -----

Prazo de execução -----

O fornecimento de bilhetes de assinatura - passes escolares - será de acordo com o calendário escolar fixado pelo Ministério de Execução, para o ano letivo 2017/2018. -----

Cláusula 4ª -----

Preço e condições de pagamento -----

1. O encargo do presente contrato, é de 292 366,69€ (duzentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e seis euros e sessenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

2. O pagamento do encargo mencionado no número anterior, será efetuado a 60 dias, a contar após a entrada das faturas no Município. -----

Cláusula 5ª -----

Sigilo -----

O segundo contratante garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento, relacionadas com a atividade do primeiro contratante. -----

Cláusula 6ª -----

Caução para garantir o cumprimento das obrigações -----

Para garantia da execução destes trabalhos o segundo contratante presta a favor do primeiro contratante, Depósito de Garantia efetuado na Tesouraria Municipal através da guia nº 165/2017, de 28 de agosto de 2017, no valor de € 14 618,33 (catorze mil, seiscentos e dezoito euros e trinta e três cêntimos), correspondendo a 5% do valor dos trabalhos objecto do presente contrato. -----

Cláusula 7ª -----

Casos fortuitos ou de força maior -----

Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidades se por acaso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato. -----

Cláusula 8ª -----

Foro competente -----

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. -----

Cláusula 9ª -----

Prevalência -----

1- Consideram-se como condições a observar na prestação dos serviços, as expressas no contrato, nos cadernos de encargos e na proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante. -----

2- Em caso de dúvidas prevalece o exposto no artigo 96º do Código dos Contratos Públicos. -----

Cláusula 10ª -----

Legislação aplicável -----

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e ulteriores alterações, e restante legislação aplicável. -----

Cláusula 11ª -----

Cláusulas Técnicas -----

1 - A aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares) destina-se aos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino do concelho, cujo nome, localidade, idade e ano de escolaridade constam nas listagens remetidas pelos respetivos Agrupamentos de Escolas, - Anexo A - ao presente contrato. -----

2 - Poderá ser ampliado ou diminuído o número de bilhetes de assinatura (passes escolares), por motivos de matrícula, anulação ou transferência, e sempre com base no pedido efetuado pelo respetivo

Agrupamento de Escolas, onde se encontra matriculado o aluno beneficiário. -----

3 - As localidades abrangidas pela rede de transportes públicos escolares é a que consta no Anexo B, documento que se anexa ao presente contrato. -----

Cláusula 12ª -----

Disposições finais -----

1- Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas. -----

2- O procedimento por ajuste direto, relativo ao presente contrato foi autorizado por deliberação do executivo camarário do passado dia 09 de junho de 2017; -----

3- A aquisição de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por deliberação do executivo camarário do passado dia 04 de agosto de 2017; -----

5- A minuta referente ao presente contrato foi aprovada por deliberação camarário do passado dia .../09/2017; -----

6- O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento do Município, sob a rubrica orçamental com a classificação económica: 020210; Cabimento nº 1399/2017; Compromisso nº 2323/2017;

7- O contrato será elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes. -----

Pelo Primeiro Outorgante, -----

Pelo Segundo Outorgante, -----

Contrato registado sob o nº/17. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-08-28 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTONIO CABELEIRA DE 29.07.2017 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO LA LEI Nº 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 40/GNE/2017. PARA CONHECIMENTO -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE 2017), aprovada pela Lei nº42/2016 de 28 dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços. -----

Nos termos do disposto no nº4, do art. 49º, a "celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste"; -----

No entanto o nº 12, do art.º 49º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido nº4 é feita ao órgão executivo; -- Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão

sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato; -----
 Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado. -----

3. PROPOSTA / DECISÃO: -----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao órgão executivo municipal a seguinte estratégia de atuação: -----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação. -----

À consideração superior, -----

Chaves: 28 de agosto de 2017 -----

A Assistente Técnica, (Rute Dias) -----

Em anexo: - A referida listagem de celebração de contratos de aquisição de serviços. -----

Ajuste Direto	Designação do Procedimento	Data			Adjudicatário		Valor do Contrato S/Iva
		Abertura do Procedimen to	Adjudicação	Contrato			
39/SC/2017	"Prestação de Serviços de manutenção integral do relvado natural do Estádio Eng.º Branco Teixeira"	18.07.2017	24.07.2017	01.08.2017	Nome:	Sport Relva - Construção e Manutenção de Relvados e Obras Públicas, Lda.	€ 57 600,00
					Sede:	Av. da Igreja - Centro Comercial Senhora da Graça, Loja K, fração C, 4880 - 231 Mondim de Basto	

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1. REQUALIFICAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO, INÁCIO PIZARRO E LONGRAS E DAS AVENIDAS 5 DE OUTUBRO E TÂMEGA (PAMUS 1.3 E 2.2)" - CANDIDATURA NORTE-05-1406-FEDER-000077 (PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO NORTE) - NOTIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA CANDIDATURA E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°69/2017 DA ENG. PAULO VALOURA DE 25.08.2017 PARA RATIFICAÇÃO -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

- 1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO** -----
- 1.1. Ao abrigo do Aviso NORTE-06-2016-19 - "Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano PI 4.5 (4e)", o Município de Chaves apresentou, em 10 de agosto de 2017, uma candidatura designada "Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega (PAMUS 1.3 e 2.2)". -----
- 1.2. Após a competente análise e avaliação da referida candidatura, por parte da Comissão Diretiva do Norte 2020, a mesma mereceu decisão favorável de aprovação, a qual foi comunicada pela CIM-AT, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 25 de agosto de 2017. ---
- 1.3. Com a referida comunicação foi rececionado o Termo de Aceitação, a assinar pelo Senhor Presidente da Câmara, matéria sobre a qual versa a presente informação. -----
- 2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA** -----
- 2.1. A operação consubstancia a intervenção de "Requalificação das Ruas Antunes Guerreiro, Inácio Pizarro e Longras e das Avenidas 5 de Outubro e Tâmega (PAMUS 1.3 e 2.2)", localizada na freguesia de Santa Maria Maior e na União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves. -----
- 2.2. Com a referida intervenção pretende-se adaptar 2,792 km da rede viária urbana concelhia permitindo, deste modo, melhorar as condições funcionais (acessibilidade e comodidade) dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, numa área intervencionada de 42.150 m², dos quais 20.360 m², serão destinados aos modos suaves de mobilidade (pedonal). -----
- 2.3. Esta requalificação, no espaço urbano, prevê a atribuição de um novo desenho viário com o objetivo principal de destacar os espaços de circulação pedonal, dispondo os espaços de circulação automóvel e estacionamento de forma a criar melhores condições de acessibilidade e comodidade. Desta forma, pretende-se melhorar as condições funcionais dos espaços de circulação destinados aos modos suaves de mobilidade pedonal, contribuindo para a redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente para a diminuição das emissões de CO₂. -----
- 2.4. Considera-se expectável que a concretização desta intervenção gere impactos bastantes positivos no que respeita à redução da utilização dos meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa. Por outro lado, permitirá aumentar a atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal prevendo-se, neste sentido, benefícios para os cidadãos locais em termos saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano. -----
- 2.5. Estima-se, igualmente, uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves. -----
- 2.6. A concretização desta operação corresponde a um investimento de 2.203.865,32 euros, um investimento elegível de 1.112.122,07 euros, com uma taxa de Cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo de Coesão de 945.303,76 euros. -----
- 2.7. Analisado o conteúdo constante no Relatório de Decisão e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a candidatura foi aprovada, nos moldes candidatados pelo Município, com um ajustamento do investimento elegível (9.684,90 euros), devidamente justificado pela Autoridade de Gestão, pelo que cumpre neste momento decidir sobre a aceitação, pelo Município de Chaves, do respetivo financiamento. --
- 3. PROPOSTA DE DECISÃO** -----

3.1. Face ao exposto, e considerando a importância que a requalificação em causa terá: -----

i) Na redução da utilização de meios motorizados e consequentemente redução dos níveis de ruído e/ou de emissões de gases poluentes e dos gases com efeito de estufa; -----

ii) No aumento da atratividade da população local para os modos suaves de mobilidade pedonal e ciclável com benefícios claros para os cidadãos locais em termos de saúde pública e de qualidade de vida em meio urbano; -----

iii) No contributo para uma mobilidade mais inclusiva, em virtude da eliminação de barreiras para os utilizadores mais vulneráveis e do aumento da segurança da mobilidade em modos suaves, deverão ser aceites, pela Câmara Municipal, as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Considerando que: -----

i) De acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21.º do decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, ou seja o Executivo Municipal, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação; -----

ii) O contrato da empreitada objeto desta candidatura está sujeito a "visto prévio" do Tribunal de Contas, tendo o respetivo processo sido registado naquele Tribunal sob o n.º 2374/2017, o qual foi objeto de devolução para envio dos documentos comprovativos da aprovação da candidatura e do respetivo termo de aceitação, sendo certo que o prazo, para o efeito, termina no dia 28 de agosto do corrente ano; -----

iii) O Município teve conhecimento da aprovação da candidatura, no dia 25 de agosto de 2017, por mensagem de correio eletrónico; -----

iv) Face ao exposto, não existindo possibilidade de, em tempo útil, convocar uma reunião extraordinária do Executivo Municipal, para efeitos de apreciação e, eventual, concordância com os moldes em que a candidatura foi aprovada, bem como para legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à inerente outorga do termo de aceitação da mesma, para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte. -----

Neste contexto, pelas razões acima aduzidas propõe-se que: -----

O Presidente da Câmara, Sr. Arqtº António Cabeleira, aprove o teor do referido Termo de Aceitação, consubstanciando os moldes em que a candidatura foi aprovada e proceda à outorga do mesmo para posterior envio para a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Norte, devendo tal ato ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 01 de setembro de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente. ---

À consideração do Senhor Diretor de Departamento -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 28.08.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 28.08.2017 -----

Aprovo. À reunião de câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Ratifique-se o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 28/08/2017. -----

XII DIVERSOS

1. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. JOSÉ PEREIRA GOMES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO RECINTO DO SANTUÁRIO DE CALVÃO, POVOAÇÃO DE CALVÃO, UNIÃO DE FREGUESIAS DE CALVÃO SOUTELINHO, DESTE CONCELHO. INFORMAÇÃO 072 / GTF / 2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 8818/17, datado de 16-08-2017, em nome do Sr. José Pereira Gomes, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no recinto do Santuário de Calvão, povoação de Calvão, união de freguesias de Calvão Soutelinho, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 09 / 09 / 2017 -----

• 08:00 - 09:00 h-----

Dia 10 / 09 / 2017-----

• 14:30 - 16:00 h-----

Dia 11 / 09 / 2017-----

• 00:30 - 01:00 h-----

Fundamentação -----

"Legislação em vigor" -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes.-----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respetiva Câmara Municipal.-----

3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017).-----

"Avaliação do local de Lançamento" -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se:-----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns; -----

2. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artificio LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento); -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa perigosidade; -----

4. Na zona envolvente ao santuário, a cerca de 40 metros, na Direção Sudoeste e Este, a perigosidade é Alta a Muito Alta sendo este caracterizado por área de matos; -----

5. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).

Proposta

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram:-----

1. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 320 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; -----
2. Assegurar a presença de duas viaturas de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outras com meios humanos e materiais congéneres); -----
3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa.----
4. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora); -----

Anexo:

- Requerimento referido na informação supra; -----
- Declaração da firma "Pereira Fogos de Artifício, LDA". -----
- Extrato da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal; -----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS DE 2017.08.21 -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. REQUERIMENTO EM NOME DE SR. FRANCISCO JOSÉ FERREIRA ALVES. LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO NO NO LARGO 8 DE DEZEMBRO, POVOAÇÃO DE VILA VERDE DA RAIÁ, FREGUESIA VILA VERDE DA RAIÁ, DESTE CONCELHO.----
INFORMAÇÃO 073 / GTF / 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Enquadramento

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 9053/17, datado de 23-08-2017, em nome do Sr. Francisco José Ferreira Alves, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no largo 8 de Dezembro, povoação de Vila Verde da Raia, freguesia Vila Verde da Raia, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 03 / 09 / 2017 -----

- 08:00 - 24:00 h-----

Dia 04 / 09 / 2017-----

- 00:00 - 01:30 h-----
- Fundamentação** -----
- "Legislação em vigor"** -----
- O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram:-----
- 1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes;-----
- 2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal;-----
- 3 - O período crítico, no ano de 2017, vigora de 22 de Junho a 30 de Setembro (Portaria 195/2017 de 22 de Junho de 2017). -----
- "Avaliação do local de Lançamento"** -----
- Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local de lançamento, pelos Serviços Municipais, informa-se: -----
- 6. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços Agrícolas e Florestais, na categoria 4.3.A - espaços agro-florestais comuns; -----
- 7. O fogo de artifício e/ou foguetes requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnicos, tecnicamente habilitado para este fim conforme declara a firma "Pereira Fogos de Artifício LDA." (Declaração anexo ao presente requerimento); -----
- 8. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta baixa perigosidade; -----
- 9. Na zona envolvente ao santuário, a cerca de 40 metros, na Direção Sudoeste e Este, a perigosidade é Alta a Muito Alta sendo este caracterizado por área de matos; -----
- 10. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto).
- Proposta** -----
- Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo-de-artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----
- 5. Remoção total da vegetação herbácea/arbustiva na área onde será lançado o fogo-de-artifício e numa faixa exterior de proteção de largura mínima não inferior a 200 metros, atendendo aos calibres lançados e de acordo com as distâncias de segurança constantes no documento de instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública; -----
- 6. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres);-----
- 7. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa;----
- 8. Abortar o lançamento do fogo-de-artifício na presença de ventos fortes (superiores a 45 km/hora); -----
- 9. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais.-----

Anexo: -----

- Requerimento referido na informação supra;-----
- Declaração da firma "Pirotecnia Minhota Lda."-----
- Extracto da planta de ordenamento do plano Diretor Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação;-----
- Carta de perigosidade de incêndio florestal;-----
- Anexo E instruções sobre a utilização de artigos pirotécnicos da Polícia de Segurança Pública.-----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.08.30 -----

Aprovo. Emita-se a respetiva certidão. À próxima reunião de Câmara para ratificação. -----

- **DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho proferido pelo Senhor Presidente da câmara de 30 de agosto de 2017. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze e trinta minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱAplicável apenas quando os apoios concedidos sejam superiores a € 50 000,00, nos termos do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 273/2009. -----